



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



EDITAL
LICITAÇÃO COM LOTE DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E COTA RESERVADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ-CEARÁ
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007-2023 - PE - SRP
NÚMERO IDENTIFICADOR NO BANCO: 990831

LICITAÇÃO COM LOTE DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E COTA RESERVADA À MICROEMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, EM ATENDIMENTO AOS INCISOS I E III DO ART. 48 DA LEI N.º 123/2006 - REGIDO PELA LEI N.º 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI N.º 8.666 DE 21/06/93 ALTERADA PELA LEI N.º 8.883/94 DE 08.06.94 E LEI 9.648/98 E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR EM VIGOR, LEI 123/2006, LEI 147/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, DECRETO MUNICIPAL N.º 253/2020, LEI 12.846/2013 E DECRETO FEDERAL 10.024 DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, NO QUE COUBER.

PREÂMBULO:

O titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, nomeada pela Portaria n.º 11.03.002/2022, de 03 de novembro de 2022, juntamente com os membros da equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos os interessados que através do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br – “Acesso Identificado no link específico”, em sessão pública por meio de comunicação via internet, que iniciará os procedimentos de recebimento das Propostas de Preços, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, de acordo com o DECRETO FEDERAL N.º 10.024/2019, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 NO QUE COUBER E DEMAIS LEGISLAÇÕES VIGENTES, ACÓRDÃO N.º 10.051/2015 – Segundo Câmara, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e, subsidiariamente, com a lei 8.666 de 21/06/93 alterada e consolidada, Lei n.º 123/2006, Lei n.º 147/2014, 155/2016 e suas alterações, Lei n.º 12.846/2013, Portaria N.º 1.857, de 28 de julho de 2020 e ainda pelo Decreto Municipal N.º 253/2020, conforme informações abaixo:

Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE
Órgão Gerenciador:	SECRETARIA DE SAÚDE.
Órgãos participantes:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO, GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E RECURSOS HIDRICOS, SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.
Critério de Julgamento:	MENOR PREÇO POR LOTE - AMPLA PARTICIPAÇÃO E COTA RESERVADA
Espécie:	Pregão Eletrônico
Endereço Eletrônico:	https://www.licitacoes-e.com.br/ - Acesso Identificado no link específico.
Do modo de disputa	Modo Aberto
Cadastramento das Propostas:	Início: 09 de Março de 2023, às 10:00hs Término: 21 de Março de 2023 às 08:00hs
Abertura das Propostas:	Início: 21 de Março de 2023, às 08:30min
Sessão de disputa de Lances	Início: 21 de Março de 2023, às 09:00hs
Validade da Ata de Registro de Preços:	12 (DOZE) meses.
Forma de serviço:	Indireta por demanda

Compõem-se o presente Edital das partes A e B, conforme a seguir apresentadas:

PARTE A – Condições para competição, julgamento e adjudicação.

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato, bem como, os esclarecimentos necessários à aplicabilidade obrigatória dos ditames das Leis 10.520/2002, 8.666/1993, 123/2006 e 147/2014 e suas alterações.

Onde existir a menção da Lei 123/2006 e suas alterações, entenda-se como alterações, também, a Lei Complementar 147/2014 e suas alterações.

PARTE B – ANEXOS



- Anexo I** – Termo de Referência do Objeto;
Anexo II – Modelo da Proposta de Preços Vencedora;
Anexo III – Modelo de Declarações;
Anexo IV – Modelo da Ata de Registro de Preços;
Anexo V – Minuta do Termo de Contrato.

1. DO OBJETO

1.1. SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE. Tudo conforme especificações contidas no termo de referência constante dos Anexos deste Edital.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do **LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária e consignadas no Orçamento Aprovado para o exercício do ano de 2023.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO NA PRESENTE LICITAÇÃO

3.1- Poderão participar da presente licitação empresas localizadas em qualquer Unidade da Federação cadastradas ou não no Município de Choró/CE, que atendam a todas as condições exigidas neste edital, observados os necessários requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, inclusive tendo seus objetivos sociais compatíveis com o objeto da licitação, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que esteja com Credenciamento regular junto sistema Licitações-e do BANCO DO BRASIL.

3.2- CADASTRAMENTO NA PREFEITURA DE CHORÓ/CE: O cadastramento junto à Prefeitura de Choró/CE (inscrição no CRC) a que se refere o subitem **3.1** deverá ser providenciado pelo interessado diretamente na sede do Setor de Compras, situada na AV. Cel. João Paracampos, Nº 1410 – Alto do Cruzeiro – Choró-CE, apresentando a documentação exigida, até às 17:00h do dia anterior ao previsto para o recebimento dos documentos de habilitação e de Proposta de Preços e a revalidação/atualização de documentos.

3.3- Não poderão participar licitantes com sócios, cooperados, diretores ou representantes comuns. Caso constatada a comunhão de sócios, cooperados, diretores ou representantes entre licitantes participantes após a abertura das Propostas de Preços, os respectivos participantes serão automaticamente desclassificados do certame, independentemente do preço proposto.

3.4- Não poderão participar da presente licitação os interessados:

- a) que se encontrem em processo de falência ou recuperação judicial;
- b) que se encontrem em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;
- c) que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Prefeitura de Choró/CE;
- d) que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio;
- f) que não tenham providenciado o credenciamento junto ao BANCO DO BRASIL;
- g) as pessoas enumeradas no artigo 9º da Lei Federal Nº 8.666/93.

3.5- Para participação na presente licitação todo interessado deverá proceder o prévio credenciamento junto ao Banco do Brasil.

3.5.1- As regras para credenciamento estarão disponíveis no sítio do Banco do Brasil constante no preâmbulo deste edital.

3.5.2- Serão garantidas aos licitantes enquadrados como microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS / Das Aquisições Públicas.

3.5.3- Em se tratando de microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte (MEI, ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar Nº 123/06, e alteração dada pela Lei Complementar Nº 147/2014 para que estas possam gozar dos benefícios previstos na referida Lei, deverão declarar no Sistema do Banco do Brasil o exercício da preferência prevista na supracitada Lei.

3.6- Para acessar o sistema eletrônico, os interessados deverão estar credenciados junto ao Banco do Brasil, e o envio das Propostas de Preços se dará diretamente pela empresa licitante através de pessoa devidamente habilitada portando senha pessoal.

3.7- Os interessados deverão credenciar-se junto ao BANCO DO BRASIL:

3.7.1- Quando se tratar de sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentado cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, na qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações.

3.7.2- O custo de operacionalização e uso do sistema de Pregão Eletrônico ficará a cargo do licitante.



- 3.7.3-** O acesso do operador ao pregão para efeito de encaminhamento de Proposta de Preços e lances sucessivos de preços, em nome da licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 3.7.4-** A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação da empresa cadastrada ou do Banco do Brasil, devidamente justificada.
- 3.7.5-** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Prefeitura de Choró/CE ou ao Banco do Brasil, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros.
- 3.7.6.** O credenciamento da contratada e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico
- 3.7.7.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.7.8.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

4.1- O presente procedimento de licitação seguirá o seguinte trâmite em fases distintas:

- 4.1.1- Credenciamento dos licitantes;
- 4.1.2- Recebimento das "Propostas de Preços" e Documentos de Habilitação via sistema;
- 4.1.3- Abertura das Propostas de Preços apresentadas;
- 4.1.4- Lances;
- 4.1.5- Habilitação do licitante melhor classificado;
- 4.1.6- Recursos;
- 4.1.7- Adjudicação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1.** Os licitantes encaminharão, **EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DE CAMPO ESPECÍFICO EM CADA LOTE**, por meio do sistema Licitações-e do Banco do Brasil, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, exclusivamente através de campo específico em cada LOTE, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do CRC, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor total do LOTE/ITEM;
 - 6.1.2. Quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada LOTE/ITEM;
 - 6.1.3. Marca (CASO O LICITANTE SEJA O PRÓPRIO FABRICANTE DO PRODUTO, DEVERÁ INDICAR A MARCA DE MODO A NÃO SER IDENTIFICADO. NESTE CASO, DEVERÁ INCLUIR O TERMO "MARCA PRÓPRIA").
 - 6.1.4. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, prazos de validade ou de garantia;
 - 6.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.



- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Ocorrendo discrepância entre o preço unitário e total, se for o caso, prevalecerá aquele lançado no sistema e utilizado para classificação das Propostas, devendo a Pregoeira proceder às correções necessárias.
- 6.7. Não serão adjudicadas Propostas com valor superior aos preços máximos estimados para a contratação.
- 6.8. Na análise das Propostas de Preços a Pregoeira observará o **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 6.9. Será desclassificada a Proposta apresentada em desconformidade com este item "6".

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico Licitações-e do Banco do Brasil, na data, horário e local, indicados neste Edital.
- 7.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 - 7.2.1. TAMBÉM SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE IDENTIFIQUE O LICITANTE.
 - 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do LOTE.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**" - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital;
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 200,00 (duzentos reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 7.10. No modo de disputa aberto, de que trata o item 7.8, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 7.12. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste item, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 7.13. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) pregoeiro (a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o (a) pregoeiro (a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR LOTE, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.
- 7.19. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
- 7.20. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem 7.19, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.



- 7.21.** A melhor classificada (ME / EPP) nos termos do subitem 7.19 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.22.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.23.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.24.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 7.25.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.26.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.26.1.** No país;
- 7.26.2.** Por empresas brasileiras;
- 7.26.3.** Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.26.4.** Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.28.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.29.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.30.** O (A) Pregoeiro (a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta consolidada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.31.** Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1.** Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2.** Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.
- 8.3.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.
- 8.4.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.5.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.6.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.7.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.8.** A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **02 (DUAS) HORAS**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.9.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.
- 8.10.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.





- 8.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.12. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.13. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.14. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.15. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.16. Nos ITENS/LOTES sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1-OS INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS NA PREFEITURA DE CHORÓ/CE, na forma dos artigos 34 a 37 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (**subitens 9.3 a 9.6**), os quais serão analisados pela Pregoeira quanto a sua autenticidade e o seu prazo de validade.

9.1.2- Os documentos relativos à fase de Habilitação, compreendidos neste item 6 deste instrumento, deverão ser enviados por meio do sistema Licitações-e do Banco do Brasil, juntamente com a Proposta de Preços.

9.3- RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.3.1-REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa (firma individual), no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

9.3.2-ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz. Se o contrato social não for consolidado deverão ser apresentados os aditivos posteriores ao contrato inicial e se consolidado, existindo alterações posteriores, também, essas serão exigidas.

9.3.3-INScrição DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

9.3.4- DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3.5-Cópia autenticada de documento oficial de identificação de todos os sócios, diretores ou do empresário individual. No caso de sociedade anônima pode ser apresentada a cópia de documento oficial de identificação de seus administradores, membros de conselho de administração e da diretoria acompanhadas dos atos que os nomearam.

9.4- RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.4.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.4.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.3- Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

9.4.4- Prova de regularidade para com a fazenda estadual mediante a apresentação Certidão Negativa de Débitos Estaduais de seu domicílio ou sede;

9.4.5- Prova de regularidade para com a fazenda municipal mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais de seu domicílio ou sede;

9.4.6- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF);

9.4.7- Prova de inexistência de débitos inadimplidos no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos dos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.



9.4.8- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, aos licitantes enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Pregoeira, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, e deverá apresentar Declaração de acordo com o subitem **9.6.5**;

9.4.9- As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.4.10- A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito a registrar o preço, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da respectiva ata, ou a revogação da licitação;

9.5. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.5.1. Certidão negativa de falência / recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.5.2. Capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor correspondente efetivamente arrematado pelo licitante, podendo a comprovação ser feita através da apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante ou outro documento legal.

9.5.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa - vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios - podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, registrado no órgão competente, acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente averbados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente

9.6. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.6.1. Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação e firma reconhecida do assinante (no caso de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado), comprovando aptidão da licitante para desempenho de atividades compatível com o objeto da licitação.

9.7- DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.7.1- Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital.

9.7.2- Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital.

9.7.3- Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93).

9.7.5- Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) que possua restrição fiscal, quanto aos documentos exigidos neste certame, deverá apresentar a declaração de que consta a restrição fiscal e que se compromete em sanar o vício, no prazo de 05 (cinco) dias úteis conforme dispõe o art. 43, § 1º da Lei Complementar Nº. 123/06.

9.7.6- O não atendimento ao disposto neste subitem, implicará na desclassificação da licitante, conforme prevê o Decreto Municipal nº 253/2020.

9.8- No caso de **LICITANTES DEVIDAMENTE CADASTRADOS NA PREFEITURA DE CHORÓ/CE**, a documentação mencionada nos subitens **9.3 a 9.4** poderá ser substituída pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto à Prefeitura Municipal de Choró/CE, juntamente com a Prova de regularidade para com a fazenda federal mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos quanto aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União ou conforme nova certidão unificada com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN Nº. 1.751 de 02/10/2014 e Certificado de Regularidade (CRF) junto ao FGTS, assegurado, neste caso, aos demais licitantes, o direito de acesso aos dados nele constantes), o qual deverá ser entregue acompanhado dos documentos tratados no subitem **9.5 e 9.6** deste edital, cuja autenticidade e prazo de validade serão analisados pela Pregoeira.

9.8.1- A documentação constante do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Choró/CE deverá também encontrar-se dentro do prazo de validade e atender ao disposto neste edital.

9.8.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, sob pena de inabilitação.

9.8.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



- 9.8.4.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.8.5.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.8.6.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.8.7.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.8.8.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.8.9.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.8.10.** Nos itens havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.8.11.** O licitante provisoriamente vencedor em um lote/item, que estiver concorrendo em outro lote/item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do lote/item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.8.12.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

10.1.2. Ser apresentada em língua portuguesa, com a identificação da licitante, sem emendas ou rasuras, datada, devidamente rubricada em todas as folhas e assinada pelo representante legal da empresa, contendo os seguintes dados:

a) Dados bancários da licitante: Banco, Agência e Conta-Corrente, para fins de pagamentos. Obrigatório somente para o licitante vencedor da licitação.

b) Nome do proponente, endereço, telefone, e-mail, identificação (nome pessoa física ou jurídica), aposição do carimbo (substituível pelo papel timbrado) com o nº do CNPJ ou CPF;

c) Relação dos dados da pessoa indicada para assinatura do Contrato, constando o nome, CPF, RG, telefone, e-mail, nacionalidade, naturalidade, estado civil, profissão, endereço completo, incluindo Cidade e UF, cargo e função na empresa, bem como cópia do documento que dá poderes para assinar contratos em nome da empresa, se não for o caso do sócio administrador identificado no momento da habilitação.

10.1.3. Conter todos os requisitos constantes do modelo de proposta (anexo II), inclusive retratar os preços unitários e totais, de cada lote/item ao novo valor proposto, contemplando todos os itens, atualizados em consonância com o preço obtido após a fase de lance/negociação. É obrigatório que a proposta adequada tenha redução proporcional em todos os itens. Não será aceita redução apenas em determinados itens. A redução da proposta será proporcional para todos os itens.

10.1.4- Não conter valores unitários e totais superiores ao estimado pela Administração, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total, devendo o licitante readequar o valor do(s) lote/item(ns) aos valores constantes no Termo de Referência que compõe o processo licitatório do qual este Edital é parte integrante.

10.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da entrega do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30(trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03(três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03(três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43,§1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo **de 05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo (s) licitante (s) vencedor (s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) lote/item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de



recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.5. O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro, respectivo ao exercício orçamentário financeiro conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Ao final da sessão, encontrado o melhor lance, será indagado aos demais participantes na sua respectiva ordem de classificação, a intenção de composição de cadastro de reserva dos mesmos, inclusive para o(s) lotes.

20.2. Será incluído, no anexo IV da ata de registro de preços, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

20.3. A ordem de classificação das licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

20.4. O registro a que se refere o subitem 20.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses de cancelamento de seu registro de preços.

20.5. Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o subitem 20.2., serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

20.6. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada, na hipótese de quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos ou quando houver a necessidade de contratação de fornecedor remanescente, sendo exigido os documentos de habilitação, antes de qualquer hipótese de contratação.

20.7. Todos os procedimentos para o cadastro de reserva serão realizados também para o(s) lote/item(ns) exclusivos para ME e EPP.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega do objeto, não manter a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Choró /CE e será descredenciado no Cadastro do Município de Choró /CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

21.1.1- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- recusar em celebrar o contrato quando regularmente convocado;
- apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- não manter a proposta ou lance;
- fraudar na execução do objeto;
- comportar-se de modo inidôneo;

21.1.2- Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução do fornecimento solicitado, contados do recebimento da Ordem de Compra, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução do fornecimento;



21.1.3- Multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do fornecimento;

21.2- Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da entrega do fornecimento, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

21.2.1. Advertência;

21.2.2. Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor objeto da licitação;

21.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

21.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

21.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

21.4. O contratado terá seu contrato cancelado quando:

21.4.1. Descumprir as condições contratuais;

21.4.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

21.4.3. Não aceitar reduzir o seu preço contratado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

21.4.4. Tiver presentes razões de interesse público.

21.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

21.5.1. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa, advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Choró e descredenciamento no Cadastro da Prefeitura de Choró pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

21.6. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail – licitacaochoro@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Cel. João Paracampas, Nº 1410 – Alto do Cruzeiro – Choró-CE. Att. Comissão de Licitação e Pregões da Prefeitura Municipal de Choró/CE, a Pregoeira Oficial do Município.

22.3. Caberá a Pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

22.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



- 23.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.10.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou licitacoes.tce.ce.gov.br/, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço localizada na Av. Cel. João Paracampus, Nº 1410 – Alto do Cruzeiro – Choró-CE, nos dias úteis, no horário das 08:00horas às 17:00horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Choró-Ce, 08 de Março de 2023,

ANA PAULA ESTEVÃO SILVA
PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

1. OBJETO: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE.

1.1 ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

1.2 ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO, GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E RECURSOS HIDRICOS, SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO, EXCLUSIVO À MICROEMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, ESPECIFICAÇÃO DE ITENS, DIVISÃO EM ITENS/LOTES E MODO DE DISPUTA.

2.1. O presente termo de referência é oriundo das solicitações de despesas das diversas Secretarias: n°20230125001, 20230125002, 20230125003, 20230125004, 20230125005, 20230125006, 20230125007, 20230125008, 20230125009, 20230125013, 20230125010.

2.2. Critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE;**

2.3. TERMO DE REFERÊNCIA PARA PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, REGIDO PELA LEI N.º 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI N.º 8.666 DE 21/06/93 ALTERADA PELA LEI N.º 8.883/94 DE 08.06.94 E LEI 9.648/98 E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR EM VIGOR, LEI 123/2006, LEI 147/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, DECRETO MUNICIPAL Nº. 253/2020, DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, LEI 12.846/2013 E PORTARIA Nº 1.857, DE 28 DE JULHO DE 2020.

2.3.1. Em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (ME ou EPP) nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei 147/2014, para que estas possam gozar dos benefícios previstos na referida Lei, inclusive participar do(s) item(ns)/lote(s) exclusivo(s) para ME e EPP é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal, por meio da declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que deverá ser feita no próprio formulário de credenciamento.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA DIVISÃO DE LOTES

2.4.1. Quanto à divisão técnica dos lotes os itens foram agrupados em Lotes em virtude dos mesmos guardarem compatibilidade entre si, observando-se, inclusive as regras de mercado para a contratação dos materiais, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

2.4.2. No objeto em tela caso fosse adotado o critério de julgamento por item geraria um número muito grande de vencedores para o atendimento de um mesmo objeto, o que dificultaria a coordenação das atividades, pois, a secretaria solicitante não conta com servidores suficientes para fiscalizar e acompanhar um elevado número de contratos. Desta feita optamos pelo critério de julgamento menor Preço por Lote.

2.4.3. No que diz respeito ao princípio da Economicidade e em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a administração pública e encarece o contrato final, haja vista também que os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando uma maior parcela (Lote) do objeto licitado, dessa forma na divisão por lote do objeto em tela há um grande ganho para a Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

2.4.4. Para cumprimento do disposto no inciso III do art. 48 da Lei Complementar 147/14, foi(ram) formado(s) lote(s) exclusivo(s) para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, com cota correspondente a 10% (dez por cento) do total do objeto a ser licitado, sem prejuízo da participação da ME e EPP na cota principal.

LOTE 01 – COTA RESERVADA – EXCLUSIVO PARA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	BEBEDOURO DE ÁGUA DE COLUNA 2 TORNEIRAS (GELÁGUA - ESPECIFICAÇÃO: BEBEDOURO DE ÁGUA DE COLUNA 2 TORNEIRAS(GELÁGUA), REFRIGERADO POR COMPRESSOR, O BEBEDOURO DE COLUNA POSSUI UM ALTO DESEMPENHO DE 3,5 LITROS/HORA DE ÁGUA GELADA, TERMOSTATO FRONTAL PARA AJUSTE DE TEMPERATURA ENTRE 5° À 15OC. TIPO DE ÁGUA NATURAL E GELADA, CAPACIDADE RESERVATÓRIO ÁGUA GELADA 1,8 LITROS.	UND	5	R\$ 1.020,67	R\$ 5.103,35



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



	SUPORTA GALÕES DE ATÉ GARRAFÃO 20 LITROS. ALTURA MÁXIMA DOS COPOS 17,5 CM. RECURSOS TORNEIRAS INDIVIDUAIS: NATURAL E GELADA. BANDEJA DE ÁGUA REMOVÍVEL. ALÇAS LATERAIS SIM FACILITAM A MOVIMENTAÇÃO. GÁS R134A, POTÊNCIA MÍNIMA 97 WATTS. VOLTAGEM 220 VOLTS. MATERIAL GABINETE EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ E PAINEL FRONTAL EM PLÁSTICO INJETADO, COR BRANCO.				
2	REFRIGERADOR 261 LITROS DEGELO SECO - ESPECIFICAÇÃO: REFRIGERADOR 261 LITROS DEGELO SECO NA COR BRANCO 220 VOLTS, ESPAÇO NA PORTA MAIS ORGANIZADO COM 2 PRATELEIRAS COM SEPARADOR DE GARRAFAS, QUE COMPORTAM GARRAFAS DE ATÉ 2,5L, CLASSE A EM CONSUMO DE ENERGIA COM MAIS ECONOMIA, DEGELO SECO - DESCONGELA SOZINHO AO TOQUE DE UM BOTÃO, GAVETA DE FRIOS E CARNES PARA MELHOR APROVEITAMENTO DE ESPAÇO E VISUALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS, GAVETÃO DE LEGUMES TRANSPARENTE PARA MELHOR ORGANIZAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS.	UND	3	R\$ 2.632,48	R\$ 7.897,44
3	FREEZER HORIZONTAL 1 PORTA 309L - ESPECIFICAÇÃO: FREEZER HORIZONTAL 1 PORTA 309L, CONTROLE ELETRÔNICO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, PRÁTICO DE LIMPAR COM O DRENO FRONTAL, POSSUI 4 RODINHAS NOS PÉS E INTERIOR FEITO COM LIGA METÁLICA DE ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO.	UND	3	R\$ 3.705,58	R\$ 11.116,74
4	BEBEDOURO INDUSTRIAL COM 2(DUAS) TORNEIRAS - ESPECIFICAÇÃO: BEBEDOURO INDUSTRIAL COM 2(DUAS) TORNEIRAS, GABINETE ESTRUTURAL FABRICADO EM INOX 403 RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO ATÓXICO SERPENTINA INTERNA EM INOX 304 BOIA CONTROLADORA DO NÍVEL DE ÁGUA APARADOR DE ÁGUA (PINGADEIRA) EM ABS DRENO DE ESCOAMENTO EMBUTIDO UNIDADE CONDENSADORA EMBRACO ISOLAMENTO TÉRMICO EPS SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO BALANCEADO BAIXO CONSUMO DE ENERGIA CAPACIDADE MÍNIMA 50 LITROS DE ÁGUA GELADA CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 120 L/HORA 02 TORNEIRAS EM METAL CROMADO GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R134 A TERMOSTATO REGULADOR DE TEMPERATURA.	UND	1	R\$ 2.828,06	R\$ 2.828,06
5	BEBEDOURO INDUSTRIAL COM 3(TRÊS) TORNEIRAS - ESPECIFICAÇÃO: BEBEDOURO INDUSTRIAL COM 3(TRÊS) TORNEIRAS GABINETE ESTRUTURAL FABRICADO EM INOX 403 RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO ATÓXICO SERPENTINA INTERNA EM INOX 304 BOIA CONTROLADORA DO NÍVEL DE ÁGUA APARADOR DE ÁGUA (PINGADEIRA) EM ABS DRENO DE ESCOAMENTO EMBUTIDO UNIDADE CONDENSADORA EMBRACO ISOLAMENTO TÉRMICO EPS SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO BALANCEADO BAIXO CONSUMO DE ENERGIA CAPACIDADE MÍNIMA 100 LITROS DE ÁGUA GELADA CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 180 L/HORA 03 TORNEIRAS EM METAL CROMADO GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R134A TERMOSTATO REGULADOR DE TEMPERATURA	UND	1	R\$ 3.791,56	R\$ 3.791,56
6	BEBEDOURO INDUSTRIAL COM 4 (QUATRO) TORNEIRAS - ESPECIFICAÇÃO: BEBEDOURO INDUSTRIAL COM 4 (QUATRO) TORNEIRAS GABINETE ESTRUTURAL FABRICADO EM INOX 403 RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO ATÓXICO SERPENTINA INTERNA EM INOX 304 BOIA CONTROLADORA DO NÍVEL DE ÁGUA APARADOR DE ÁGUA (PINGADEIRA) EM ABS DRENO DE ESCOAMENTO EMBUTIDO UNIDADE CONDENSADORA EMBRACO ISOLAMENTO TÉRMICO EPS SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO BALANCEADO BAIXO CONSUMO DE ENERGIA CAPACIDADE MÍNIMA 200 LITROS DE ÁGUA GELADA CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 180 L/HORA 04 TORNEIRAS EM METAL CROMADO GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R134 A TERMOSTATO REGULADOR DE TEMPERATURA	UND	1	R\$ 4.861,73	R\$ 4.861,73
7	FOGÃO INDUSTRIAL COM 6 BOCAS - ESPECIFICAÇÃO: FOGÃO INDUSTRIAL COM 6 BOCAS, POSSUI MATERIAL EM CHAPA DE AÇO CARBONO E QUEIMADORES E GRELAS EM FERRO FUNDIDO, CHAPA DE AÇO CARBONO, QUEIMADORES E GRELAS EM FERRO FUNDIDO. - TINTA EPÓXI PRETO TEXTURIZADO, 03 BANDEJAS COLETORAS. - MESA PERFIL 70MM - GRELHA 260X260MM - GAMBIARRA DE 1" - BANDEJA GALVANIZADA - PORTA PANELA, GAS GLP	UND	3	R\$ 2.950,28	R\$ 8.850,84
8	FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS 355L - ESPECIFICAÇÃO: FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS 355L: CONTROLE ELETRÔNICO,	UND	1	R\$ 4.648,87	R\$ 4.648,87



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, PRÁTICO DE LIMPAR COM O DRENO FRONTAL, POSSUI 4 RODINHAS NOS PÉS E INTERIOR FEITO COM LIGA METÁLICA DE ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO.				
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 49.098,59 (QUARENTA E NOVE MIL E NOVENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS)				

LOTE 02 - COTA PRINCIPAL - AMPLA PARTICIPAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	BEBEDOURO DE ÁGUA DE COLUNA 2 TORNEIRAS (GELÁGUA - ESPECIFICAÇÃO: BEBEDOURO DE ÁGUA DE COLUNA 2 TORNEIRAS(GELÁGUA), REFRIGERADO POR COMPRESSOR, O BEBEDOURO DE COLUNA POSSUI UM ALTO DESEMPENHO DE 3,5 LITROS/HORA DE ÁGUA GELADA, TERMOSTATO FRONTAL PARA AJUSTE DE TEMPERATURA ENTRE 5° À 15OC. TIPO DE ÁGUA NATURAL E GELADA, CAPACIDADE RESERVATÓRIO ÁGUA GELADA 1,8 LITROS. SUPORTA GALÕES DE ATÉ GARRAFÃO 20 LITROS. ALTURA MÁXIMA DOS COPOS 17,5 CM. RECURSOS TORNEIRAS INDIVIDUAIS: NATURAL E GELADA. BANDEJA DE ÁGUA REMOVÍVEL. ALÇAS LATERAIS SIM FACILITAM A MOVIMENTAÇÃO. GÁS R134A, POTÊNCIA MÍNIMA 97 WATTS. VOLTAGEM 220 VOLTS. MATERIAL GABINETE EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ E PAINEL FRONTAL EM PLÁSTICO INJETADO, COR BRANCO.	UND	41	R\$ 1.020,67	R\$ 41.847,47
2	REFRIGERADOR 261 LITROS DEGELO SECO - ESPECIFICAÇÃO: REFRIGERADOR 261 LITROS DEGELO SECO NA COR BRANCO 220 VOLTS, ESPAÇO NA PORTA MAIS ORGANIZADO COM 2 PRATELEIRAS COM SEPARADOR DE GARRAFAS, QUE COMPORTAM GARRAFAS DE ATÉ 2,5L, CLASSE A EM CONSUMO DE ENERGIA COM MAIS ECONOMIA, DEGELO SECO - DESCONGELA SOZINHO AO TOQUE DE UM BOTÃO, GAVETA DE FRIOS E CARNES PARA MELHOR APROVEITAMENTO DE ESPAÇO E VISUALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS, GAVETÃO DE LEGUMES TRANSPARENTE PARA MELHOR ORGANIZAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS.	UND	25	R\$ 2.632,48	R\$ 65.812,00
3	FREEZER HORIZONTAL 1 PORTA 309L - ESPECIFICAÇÃO: FREEZER HORIZONTAL 1 PORTA 309L, CONTROLE ELETRÔNICO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, PRÁTICO DE LIMPAR COM O DRENO FRONTAL, POSSUI 4 RODINHAS NOS PÉS E INTERIOR FEITO COM LIGA METÁLICA DE ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO.	UND	18	R\$ 3.705,58	R\$ 66.700,44
4	BEBEDOURO INDUSTRIAL COM 2(DUAS) TORNEIRAS - ESPECIFICAÇÃO: BEBEDOURO INDUSTRIAL COM 2(DUAS) TORNEIRAS, GABINETE ESTRUTURAL FABRICADO EM INOX 403 RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO ATÓXICO SERPENTINA INTERNA EM INOX 304 BOIA CONTROLADORA DO NÍVEL DE ÁGUA APARADOR DE ÁGUA (PINGADEIRA) EM ABS DRENO DE ESCOAMENTO EMBUTIDO UNIDADE CONDENSADORA EMBRACO ISOLAMENTO TÉRMICO EPS SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO BALANCEADO BAIXO CONSUMO DE ENERGIA CAPACIDADE MÍNIMA 50 LITROS DE ÁGUA GELADA CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 120 L/HORA 02 TORNEIRAS EM METAL CROMADO GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R134 A TERMOSTATO REGULADOR DE TEMPERATURA.	UND	4	R\$ 2.828,06	R\$ 11.312,24
5	BEBEDOURO INDUSTRIAL COM 3(TRÊS) TORNEIRAS - ESPECIFICAÇÃO: BEBEDOURO INDUSTRIAL COM 3(TRÊS) TORNEIRAS GABINETE ESTRUTURAL FABRICADO EM INOX 403 RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO ATÓXICO SERPENTINA INTERNA EM INOX 304 BOIA CONTROLADORA DO NÍVEL DE ÁGUA APARADOR DE ÁGUA (PINGADEIRA) EM ABS DRENO DE ESCOAMENTO EMBUTIDO UNIDADE CONDENSADORA EMBRACO ISOLAMENTO TÉRMICO EPS SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO BALANCEADO BAIXO CONSUMO DE ENERGIA CAPACIDADE MÍNIMA 100 LITROS DE ÁGUA GELADA CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 180 L/HORA 03 TORNEIRAS EM METAL CROMADO GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R134A TERMOSTATO REGULADOR DE TEMPERATURA.	UND	4	R\$ 3.791,56	R\$ 15.166,24
6	BEBEDOURO INDUSTRIAL COM 4 (QUATRO) TORNEIRAS - ESPECIFICAÇÃO: BEBEDOURO INDUSTRIAL COM 4 (QUATRO) TORNEIRAS GABINETE ESTRUTURAL FABRICADO EM INOX 403 RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO ATÓXICO SERPENTINA INTERNA EM INOX 304 BOIA CONTROLADORA DO NÍVEL	UND	4	R\$ 4.861,73	R\$ 19.446,92



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



	DE ÁGUA APARADOR DE ÁGUA (PINGADEIRA) EM ABS DRENO DE ESCOAMENTO EMBUTIDO UNIDADE CONDENSADORA EMBRACO ISOLAMENTO TÉRMICO EPS SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO BALANCEADO BAIXO CONSUMO DE ENERGIA CAPACIDADE MINIMA 200 LITROS DE ÁGUA GELADA CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 180 L/HORA 04 TORNEIRAS EM METAL CROMADO GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R134 A TERMOSTATO REGULADOR DE TEMPERATURA				
7	FOGÃO INDUSTRIAL COM 6 BOCAS - ESPECIFICAÇÃO: FOGÃO INDUSTRIAL COM 6 BOCAS, POSSUI MATERIAL EM CHAPA DE AÇO CARBONO E QUEIMADORES E GRELAS EM FERRO FUNDIDO, CHAPA DE AÇO CARBONO, QUEIMADORES E GRELAS EM FERRO FUNDIDO. - TINTA EPÓXI PRETO TEXTURIZADO, 03 BANDEJAS COLETORAS. - MESA PERFIL 70MM - GRELHA 260X260MM - GAMBIARRA DE 1" - BANDEJA GALVANIZADA - PORTA PAINEL, GAS GLP	UND	20	R\$ 2.950,28	R\$ 59.005,60
8	FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS 355L - ESPECIFICAÇÃO: FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS 355L: CONTROLE ELETRÔNICO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, PRÁTICO DE LIMPAR COM O DRENO FRONTAL, POSSUI 4 RODINHAS NOS PÉS E INTERIOR FEITO COM LIGA METÁLICA DE ALTA RESISTÊNCIA À CORROSÃO.	UND	9	R\$ 4.648,87	R\$ 41.839,83

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 321.130,74 (TREZENTOS E VINTE E UM MIL E CENTO E TRINTA REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)

LOTE 03 - COTA RESERVADA - EXCLUSIVO PARA ME E EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	CONJUNTO MESA 4 CADEIRAS - ESPECIFICAÇÃO: CONJUNTO MESA 4 CADEIRAS, QUADRADA COM TAMPÃO EM GRANITO APROXIMADO 70X70CM, FABRICADO EM AÇO CARBONO, CADEIRA COM ASSENTO FIXO E REVESTIMENTO EM TECIDO SINTÉTICO, COM ESPESSURA DE 9 MM, CADA CADEIRA SUPORTA ATÉ 80 KG	UND	2	R\$ 1.003,93	R\$ 2.007,86
2	MESA DE REUNIÃO COM 8 CADEIRAS - ESPECIFICAÇÃO: MESA DE REUNIÃO COM 8 CADEIRAS, TAMPO CONFECCIONADO EM MDP DE 40MM. BORDAS EM ABS (2MM) EM TODO O TAMPO. PÉS PAINEL 25MM. PÉS REGULADORES NA MESA, CAIXA DE TOMADAS EMBUTIDA. MESA MEDE 2,80X1,20M. AS FERRAGENS, PUXADORES, CORREDIÇAS E PONTEIRAS ESTÃO TODAS INCLUSAS NO PRODUTO.	UND	2	R\$ 1.798,67	R\$ 3.597,34
3	ARMÁRIO BAIXO PARA ESCRITÓRIO 2 PORTAS - ESPECIFICAÇÃO: ARMÁRIO BAIXO PARA ESCRITÓRIO 2 PORTAS, FABRICADOS COM BASE E TAMPO EM MDP BP 15MM COM BORDA EM PVC 0,45MM, POSSUI DUAS PORTAS E UMA PRATELEIRA FIXA COM A CAPACIDADE DE 15 KG. COM SISTEMA DE FECHADURA CILÍNDRICA E COM 2 CHAVES.	UND	4	R\$ 734,33	R\$ 2.937,32
4	ARMÁRIO ALTO CONFECCIONADO EM MADEIRA (MDP) - ESPECIFICAÇÃO: ARMÁRIO ALTO CONFECCIONADO EM MADEIRA (MDP) COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS INTERNAS. - FECHADURA CILÍNDRICA TIPO YALE COM SISTEMA ARTICULADO. PUXADORES EM POLIETILENO. PÉS QUE PERMITEM REGULAGEM QUANDO HÁ DESNÍVEL DO PISO. DIMENSÕES: 158 CM DE ALTURA X 89 CM DE LARGURA X 38 CM DE PROFUNDIDADE.	UND	4	R\$ 1.524,46	R\$ 6.097,84
5	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS - ESPECIFICAÇÃO: ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS FUNDO 70CM, COR CINZA, CARRINHO NYLON, COM CHAVE, IDENTIFICADORES NAS GAVETAS, CHAPA 26, DIMENSÕES: ALTURA: 133,5CM, LARGURA: 47,4CM, PROFUNDIDADE: 71,5CM	UND	5	R\$ 1.163,33	R\$ 5.816,65
6	ARMÁRIO DE AÇO - ESPECIFICAÇÃO: ARMÁRIO DE AÇO COM 02 PORTAS, ALTURA 2,00M, LARGURA 45CM, COMPRIMENTO 90CM, COM CHAVES.	UND	9	R\$ 1.926,79	R\$ 17.341,11
7	ESTANTE DE AÇO COM 06 BANDEJAS - ESPECIFICAÇÃO: ESTANTE DE AÇO COM 06 BANDEJAS - 1,98X0,92X0,40M, NA COR CINZA, CHAPA DE AÇO #22 COM REFORÇO NA BANDEJA, BANDEJAS REGULÁVEIS. SUPORTADO ATE 40KG	UND	21	R\$ 659,97	R\$ 13.859,37
8	MESA PARA ESCRITÓRIO - ESPECIFICAÇÃO: MESA PARA ESCRITÓRIO COM BORDA FLEXÍVEL COM 3 GAVETAS 150 X 58 CM, MATERIAL: ESTRUTURA EM AÇO CARBONO E TAMPO EM MDF, ALTURA: 76 CM, LARGURA: 150 CM, PROFUNDIDADE: 58 CM.	UND	6	R\$ 925,13	R\$ 5.550,78
9	MESA PARA COMPUTADOR - ESPECIFICAÇÃO: MESA PARA COMPUTADOR, MATERIAL: BP PINTURA / REVESTIMENTO:	UND	7	R\$ 1.014,59	R\$ 7.102,13

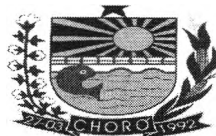


ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



	ACETINADO CORREDIÇAS: TELESCÓPICAS QUANTIDADE DE GAVETAS: 2 TIPO DE PORTA, TAMANHO APROXIMADO 75,5 (A) X 121,0 (L) X 41,0				
10	MESA QUADRADA EM PLÁSTICO BRANCA - ESPECIFICAÇÃO: MESA QUADRADA EM PLÁSTICO BRANCA, EMPILHÁVEL, MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO: 70 CM, LARGURA: 70 CM, ALTURA: 70,5 CM	UND	51	R\$ 184,50	R\$ 9.409,50
11	COZINHA COMPACTA 4 PECAS - ESPECIFICAÇÃO: COZINHA COMPACTA 4 PECAS, PANELEIRO, BALCÃO, ARMÁRIO AÉREO E NICHO, 10 PORTAS, EM AÇO, CORPO E PORTAS REVESTIDOS COM PINTURA ELETROSTÁTICA	UND	2	R\$ 2.149,63	R\$ 4.299,26
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 78.019,16 (SETENTA E OITO MIL E DEZENOVE REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)					

LOTE 04 - COTA PRINCIPAL - AMPLA PARTICIPAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	CONJUNTO MESA 4 CADEIRAS - ESPECIFICAÇÃO: CONJUNTO MESA 4 CADEIRAS, QUADRADA COM TAMPÃO EM GRANITO APROXIMADO 70X70CM, FABRICADO EM AÇO CARBONO, CADEIRA COM ASSENTO FIXO E REVESTIMENTO EM TECIDO SINTÉTICO, COM ESPESURA DE 9 MM, CADA CADEIRA SUPORTA ATÉ 80 KG	UND	14	R\$ 1.003,93	R\$ 14.055,02
2	MESA DE REUNIÃO COM 8 CADEIRAS - ESPECIFICAÇÃO: MESA DE REUNIÃO COM 8 CADEIRAS, TAMPO CONFECCIONADO EM MDP DE 40MM. BORDAS EM ABS (2MM) EM TODO O TAMPO. PÉS PAINEL 25MM. PÉS REGULADORES NA MESA, CAIXA DE TOMADAS EMBUTIDA. MESA MEDE 2,80X1,20M. AS FERRAGEM, PUXADORES, CORREDIÇAS E PONTEIRAS ESTÃO TODAS INCLUSAS NO PRODUTO.	UND	9	R\$ 1.798,67	R\$ 16.188,03
3	ARMÁRIO BAIXO PARA ESCRITÓRIO 2 PORTAS - ESPECIFICAÇÃO: ARMÁRIO BAIXO PARA ESCRITÓRIO 2 PORTAS, FABRICADOS COM BASE E TAMPO EM MDP BP 15MM COM BORDA EM PVC 0,45MM, POSSUI DUAS PORTAS E UMA PRATELEIRA FIXA COM A CAPACIDADE DE 15 KG. COM SISTEMA DE FECHADURA CILÍNDRICA E COM 2 CHAVES.	UND	33	R\$ 734,33	R\$ 24.232,89
4	ARMÁRIO ALTO CONFECCIONADO EM MADEIRA (MDP) - ESPECIFICAÇÃO: ARMÁRIO ALTO CONFECCIONADO EM MADEIRA (MDP) COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS INTERNAS. - FECHADURA CILÍNDRICA TIPO YALE COM SISTEMA ARTICULADO. PUXADORES EM POLIETILENO. PÉS QUE PERMITEM REGULAGEM QUANDO HÁ DESNÍVEL DO PISO. DIMENSÕES: 158 CM DE ALTURA X 89 CM DE LARGURA X 38 CM DE PROFUNDIDADE.	UND	28	R\$ 1.524,46	R\$ 42.684,88
5	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS - ESPECIFICAÇÃO: ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS FUNDO 70CM, COR CINZA, CARRINHO NYLON, COM CHAVE, IDENTIFICADORES NAS GAVETAS, CHAPA 26, DIMENSÕES: ALTURA: 133,5CM, LARGURA: 47,4CM, PROFUNDIDADE: 71,5CM	UND	39	R\$ 1.163,33	R\$ 45.369,87
6	ARMÁRIO DE AÇO - ESPECIFICAÇÃO: ARMÁRIO DE AÇO COM 02 PORTAS, ALTURA 2,00M, LARGURA 45CM, COMPRIMENTO 90CM, COM CHAVES.	UND	77	R\$ 1.926,79	R\$ 148.362,83
7	ESTANTE DE AÇO COM 06 BANDEJAS - ESPECIFICAÇÃO: ESTANTE DE AÇO COM 06 BANDEJAS - 1,98X0,92X0,40M, NA COR CINZA, CHAPA DE AÇO #22 COM REFORÇO NA BANDEJA, BANDEJAS REGULÁVEIS. SUPORTADO ATE 40KG	UND	189	R\$ 659,97	R\$ 124.734,33
8	MESA PARA ESCRITÓRIO - ESPECIFICAÇÃO: MESA PARA ESCRITÓRIO COM BORDA FLEXÍVEL COM 3 GAVETAS 150 X 58 CM, MATERIAL: ESTRUTURA EM AÇO CARBONO E TAMPO EM MDF, ALTURA: 76 CM, LARGURA: 150 CM, PROFUNDIDADE: 58 CM.	UND	48	R\$ 925,13	R\$ 44.406,24
9	MESA PARA COMPUTADOR - ESPECIFICAÇÃO: MESA PARA COMPUTADOR, MATERIAL: BP PINTURA / REVESTIMENTO: ACETINADO CORREDIÇAS: TELESCÓPICAS QUANTIDADE DE GAVETAS: 2 TIPO DE PORTA, TAMANHO APROXIMADO 75,5 (A) X 121,0 (L) X 41,0	UND	57	R\$ 1.014,59	R\$ 57.831,63
10	MESA QUADRADA EM PLÁSTICO BRANCA - ESPECIFICAÇÃO: MESA QUADRADA EM PLÁSTICO BRANCA, EMPILHÁVEL, MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO: 70 CM, LARGURA: 70 CM, ALTURA: 70,5 CM	UND	459	R\$ 184,50	R\$ 84.685,50
11	COZINHA COMPACTA 4 PECAS - ESPECIFICAÇÃO: COZINHA COMPACTA 4 PECAS, PANELEIRO, BALCÃO, ARMÁRIO AÉREO E NICHO, 10 PORTAS, EM AÇO, CORPO E PORTAS REVESTIDOS COM	UND	12	R\$ 2.149,63	R\$ 25.795,56



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



PINTURA ELETROSTÁTICA				
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 628.346,78 (SEISCENTOS E VINTE E OITO MIL E TREZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS)				

LOTE 05 - COTA RESERVADA - EXCLUSIVO PARA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	FOGÃO 04 BOCAS COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO - ESPECIFICAÇÃO: FOGÃO 04 BOCAS COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, PÉS ALTOS, TREMPES INDIVIDUAIS, PUXADORES DE AÇO PINTADO, DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 77 CM LARGURA: 79 CM PROFUNDIDADE: 62 CM, BRANCO	UND	3	R\$ 1.051,57	R\$ 3.154,71
2	SMART TV 43 POLEGADAS - ESPECIFICAÇÃO: SMART TV 43 POLEGADAS COR: PRETO TECNOLOGIA DA TELA: LED POLEGADAS: 43" RESOLUÇÃO: FULL HD RECURSOS DE VÍDEO: PQI (PICTURE QUALITY INDEX) - 200 / MODO FILME / MODO NATURAL POTÊNCIA DO ÁUDIO (RMS): 20 W (RMS) QUANTIDADE DE ENTRADAS USB: 1 QUANTIDADE DE ENTRADAS HDMI: 2 ENTRADAS TRASEIRAS PROCESSADOR: HYPERREAL WI-FI INTEGRADO CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO: SIM SLEEP TIMER: SIM CLOSED CAPTION: SIM	UND	3	R\$ 2.401,67	R\$ 7.205,01
3	FORNO MICROONDAS CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 25 LITROS - ESPECIFICAÇÃO: FORNO MICROONDAS: CAPACIDADE DE, NO MÍNIMO, 25 LITROS. PRATO GIRATÓRIO. DISPLAY DE LCD E SENSOR TOUCH, TECLAS PRÉ-PROGRAMADAS. TECLAS: PAUSAR/CANCELAR. RELÓGIO DIGITAL. TECLAS FÁCEIS. TRAVA DE SEGURANÇA. NA COR BRANCA. POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	UND	2	R\$ 1.450,87	R\$ 2.901,74
4	LIQUIDIFICADOR COM NO MÍNIMO 3 (TRÊS) VELOCIDADES - ESPECIFICAÇÃO: LIQUIDIFICADOR: COM, NO MÍNIMO, 3 (TRÊS) VELOCIDADES. COM LÂMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL. COM BOTÃO DE PULSAR. POTÊNCIA DE, NO MÍNIMO, 500W. COM COPO EM SAN (COPOLÍMERO DE ACRILONITRILA E ESTIRENO). COM CAPACIDADE TOTAL DO COPO DE APROXIMADAMENTE 2 LITROS. POSSUIR MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	UND	4	R\$ 212,00	R\$ 848,00
5	PROCESSADOR DE ALIMENTOS - ESPECIFICAÇÃO: PROCESSADOR DE ALIMENTOS COM POTÊNCIA MÍNIMA IMA 900W, 2 VARIAÇÕES DE VELOCIDADES E É 3 EM 1, POSSUI ESPREMEDOR DE FRUTAS, LIQUIDIFICADOR E PROCESSADOR	UND	2	R\$ 585,96	R\$ 1.171,92
6	CAFETEIRA ELÉTRICA - ESPECIFICAÇÃO: CAFETEIRA ELÉTRICA, COM INDICADOR DE NÍVEL DE ÁGUA QUE PERMITE A DOSAGEM, A QUANTIDADE DE XÍCARAS É DE 32, PORTA FILTRO REMOVÍVEL, SISTEMA CORTA PINGOS QUE POSSIBILITA SERVI O CAFÉ ENQUANTO PREPARA, JARRA DE VIDRO, PLACA DE AQUECIMENTO QUE MANTEM SEU CAFÉ AQUECIDO E BOTÃO LIGA/DESLIGA LUMINOSO.	UND	1	R\$ 449,97	R\$ 449,97
7	VENTILADOR DE COLUNA 40CM - ESPECIFICAÇÃO: VENTILADOR DE COLUNA 40CM - 3 VELOCIDADES, POTÊNCIA MÍNIMA 126W, DESMONTÁVEL - SILENCIOSO, OSCILAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL EM POLIPROPILENO NA COR PRETO	UND	13	R\$ 470,58	R\$ 6.117,54
8	VENTILADOR DE PAREDE OSCILANTE - ESPECIFICAÇÃO: VENTILADOR DE PAREDE OSCILANTE, 03 PÁS, TAMANHO 60 CM, GRADES DE AÇO, POTÊNCIA 200W, NÍVEL DE RUÍDO SILENCIOSO, 220VOLT.	UND	13	R\$ 510,33	R\$ 6.634,29
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 28.483,18 (VINTE E OITO MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E DEZOITO CENTAVOS)					

LOTE 06 - COTA PRINCIPAL - AMPLA PARTICIPAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	FOGÃO 04 BOCAS COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO - ESPECIFICAÇÃO: FOGÃO 04 BOCAS COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, PÉS ALTOS, TREMPES INDIVIDUAIS, PUXADORES DE AÇO PINTADO, DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 77 CM LARGURA: 79 CM PROFUNDIDADE: 62 CM, BRANCO	UND	19	R\$ 1.051,57	R\$ 19.979,83
2	SMART TV 43 POLEGADAS - ESPECIFICAÇÃO: SMART TV 43 POLEGADAS COR: PRETO TECNOLOGIA DA TELA: LED POLEGADAS: 43" RESOLUÇÃO: FULL HD RECURSOS DE VÍDEO: PQI (PICTURE QUALITY INDEX) - 200 / MODO FILME / MODO NATURAL POTÊNCIA DO ÁUDIO (RMS): 20 W (RMS) QUANTIDADE DE ENTRADAS USB: 1	UND	25	R\$ 2.401,67	R\$ 60.041,75



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



	QUANTIDADE DE ENTRADAS HDMI: 2 ENTRADAS TRASEIRAS PROCESSADOR: HYPERREAL WI-FI INTEGRADO CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO: SIM SLEEP TIMER: SIM CLOSED CAPTION: SIM				
3	FORNO MICROONDAS CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 25 LITROS - ESPECIFICAÇÃO: FORNO MICROONDAS: CAPACIDADE DE, NO MÍNIMO, 25 LITROS. PRATO GIRATÓRIO. DISPLAY DE LCD E SENSOR TOUCH, TECLAS PRÉ-PROGRAMADAS. TECLAS: PAUSAR/CANCELAR. RELÓGIO DIGITAL. TECLAS FÁCEIS. TRAVA DE SEGURANÇA. NA COR BRANCA. POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. COM MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	UND	16	R\$ 1.450,87	R\$ 23.213,92
4	LIQUIDIFICADOR COM NO MÍNIMO 3 (TRÊS) VELOCIDADES - ESPECIFICAÇÃO: LIQUIDIFICADOR: COM, NO MÍNIMO, 3 (TRÊS) VELOCIDADES. COM LÂMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL. COM BOTÃO DE PULSAR. POTÊNCIA DE, NO MÍNIMO, 500W. COM COPO EM SAN (COPOLÍMERO DE ACRILONITRILA E ESTIRENO). COM CAPACIDADE TOTAL DO COPO DE APROXIMADAMENTE 2 LITROS. POSSUIR MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	UND	29	R\$ 212,00	R\$ 6.148,00
5	PROCESSADOR DE ALIMENTOS - ESPECIFICAÇÃO: PROCESSADOR DE ALIMENTOS COM POTÊNCIA MÍNIMA IMA 900W, 2 VARIAÇÕES DE VELOCIDADES E É 3 EM 1, POSSUI ESPREMEDOR DE FRUTAS, LIQUIDIFICADOR E PROCESSADOR	UND	11	R\$ 585,96	R\$ 6.445,56
6	CAFETEIRA ELÉTRICA - ESPECIFICAÇÃO: CAFETEIRA ELÉTRICA, COM INDICADOR DE NÍVEL DE ÁGUA QUE PERMITE A DOSAGEM, A QUANTIDADE DE XÍCARAS É DE 32, PORTA FILTRO REMOVÍVEL, SISTEMA CORTA PINGOS QUE POSSIBILITA SERVI O CAFÉ ENQUANTO PREPARA, JARRA DE VIDRO, PLACA DE AQUECIMENTO QUE MANTEM SEU CAFÉ AQUECIDO E BOTÃO LIGA/DESLIGA LUMINOSO.	UND	3	R\$ 449,97	R\$ 1.349,91
7	VENTILADOR DE COLUNA 40CM - ESPECIFICAÇÃO: VENTILADOR DE COLUNA 40CM - 3 VELOCIDADES, POTÊNCIA MÍNIMA 126W, DESMONTÁVEL - SILENCIOSO, OSCILAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL EM POLIPROPILENO NA COR PRETO	UND	110	R\$ 470,58	R\$ 51.763,80
8	VENTILADOR DE PAREDE OSCILANTE - ESPECIFICAÇÃO: VENTILADOR DE PAREDE OSCILANTE, 03 PÁS, TAMANHO 60 CM, GRADES DE AÇO, POTÊNCIA 200W, NÍVEL DE RUÍDO SILENCIOSO, 220VOLT.	UND	108	R\$ 510,33	R\$ 55.115,64
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 224.058,41 (DUZENTOS E VINTE E QUATRO MIL E CINQUENTA E OITO REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS)					

LOTE 07 - COTA RESERVADA - EXCLUSIVO PARA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	CADEIRA LONGARINA 03 LUGARES - ESPECIFICAÇÃO: CADEIRA LONGARINA 03 LUGARES ENCOSTO E ASSENTO COM ESPUMA INJETADA E BASE EM FERRO PINTADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETA	UND	7	R\$ 1.107,67	R\$ 7.753,69
2	CADEIRA GIRATÓRIA PRETO COM BRAÇO DIGITADOR - ESPECIFICAÇÃO: CADEIRA GIRATÓRIA PRETO COM BRAÇO DIGITADOR: ASSENTO E ENCOSTO: MADEIRA COMPENSADA. ASSENTO E ENCOSTO: ESPUMA INJETADA COM DENSIDADE MÉDIA DE 55KG/M3.REVESTIMENTO DO ASSENTO E ENCOSTO: EM TECIDO POLIPROPILENO PRETO. BASE: EM AÇO COM CAPA PROTETORA EM POLIPROPILENO. BRAÇOS: REGULÁVEIS COM APOIO EM POLIPROPILENO. MECANISMO: GIRATÓRIO COM REGULAGEM DE ALTURA COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO A GÁS. MEDIDAS ASSENTO: 41 CM LARGURA X 39 CM PROFUNDIDADE X 50 ESPESSURA- MEDIDAS ENCOSTO: 36 CM LARGURA X 29 CM ALTURA X 50 ESPESSURA ALTURA DO ASSENTO ATÉ O CHÃO: MÍNIMO 42 CM - MÁXIMO 52 CM-ALTURA DO BRAÇO ATÉ O CHÃO: MÍNIMO 58 CM - MÁXIMO 77 CM-ALTURA DO BRAÇO ATÉ O ASSENTO: MÍNIMO 19 CM - MÁXIMO 26,5 CM-ALTURA TOTAL ATÉ O CHÃO: MÍNIMO 80 CM - MÁXIMO 91,5 CM DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO MONTADO:55 CM LARGURA X 50 CM PROFUNDIDADE CONTEÚDO DA EMBALAGEM:1 CADEIRA. DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM: 55CM LARGURA X 55 CM PROFUNDIDADE X 28 CM ALTURA	UND	5	R\$ 697,28	R\$ 3.486,40
3	CADEIRA PARA ESCRITÓRIO SECRETÁRIA COM BASE FIXA 04 PÉS - ESPECIFICAÇÃO: CADEIRA PARA ESCRITÓRIO SECRETÁRIA COM	UND	10	R\$ 491,95	R\$ 4.919,50



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



	BASE FIXA 04 PÉS, SENDO ESTRUTURA COM BASE FIXA TRAPÉZIO, SEM BRAÇOS FIXOS, ESPUMA ANATÔMICA INJETADA COM ESPESSURA DE 30 MM NO ASSENTO E 30 MM NO ENCOSTO.				
4	CADEIRA PARA ESCRITÓRIO SECRETÁRIA GIRATORIA SEM BRAÇOS - ESPECIFICAÇÃO: CADEIRA PARA ESCRITÓRIO SECRETARIA GIRATORIA SEM BRAÇO, ESPUMA ANATOMICA INJETADA COM ESPESSURA DE 30MM NO ASSENTO E 30MM NO ENCOSTO, COM REGULAGEM DE ALTURA	UND	10	R\$ 555,28	R\$ 5.552,80
5	CADEIRA PRESIDENTE GIRATÓRIA - ESPECIFICAÇÃO: CADEIRA PRESIDENTE GIRATÓRIA, BASE GIRATÓRIA EM METAL CROMADO E MECANISMO PNEUMÁTICO, ENCOSTO ALTO E APOIO PARA BRAÇOS ACOLCHOADOS, BASE GIRATÓRIA CROMADA DE NO MÍNIMO 320MM COM RODÍZIOS, REGULAGEM DE ALTURA COM PISTÃO A GÁS. SISTEMA RELAX QUE RECLINA A CADEIRA, COM TRAVA NO PONTO INICIAL, ENCOSTO E ASSENTO LARGO REVESTIDO EM COURINO PU COM ESPUMA DE DENSIDADE CONTROLADA. BRAÇOS EM METAL CROMADO REVESTIDOS COM COURINO PU. ALTURA MÁXIMA DO ASSENTO ATÉ O CHÃO 46CM. ALTURA MÍNIMA DO ASSENTO ATÉ O CHÃO 40CM. PESO MÁXIMO RECOMENDADO 120KG.	UND	2	R\$ 1.399,33	R\$ 2.798,66
6	CADEIRA PLÁSTICA SEM BRAÇO - ESPECIFICAÇÃO: CADEIRA PLÁSTICA SEM BRAÇO EMPILHÁVE, MEDIDAS APROXIMADAS, ALTURA: 890MM, LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 510MM	UND	227	R\$ 96,36	R\$ 21.873,72

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 46.384,77 (QUARENTA E SEIS MIL E TREZENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS)

LOTE 08 – COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	CADEIRA LONGARINA 03 LUGARES - ESPECIFICAÇÃO: CADEIRA LONGARINA 03 LUGARES ENCOSTO E ASSENTO COM ESPUMA INJETADA E BASE EM FERRO PINTADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETA	UND	59	R\$ 1.107,67	R\$ 65.352,53
2	CADEIRA GIRATÓRIA PRETO COM BRAÇO DIGITADOR - ESPECIFICAÇÃO: CADEIRA GIRATÓRIA PRETO COM BRAÇO DIGITADOR: ASSENTO E ENCOSTO: MADEIRA COMPENSADA. ASSENTO E ENCOSTO: ESPUMA INJETADA COM DENSIDADE MÉDIA DE 55KG/M3. REVESTIMENTO DO ASSENTO E ENCOSTO: EM TECIDO POLIPROPILENO PRETO. BASE: EM AÇO COM CAPA PROTETORA EM POLIPROPILENO. BRAÇOS: REGULÁVEIS COM APOIO EM POLIPROPILENO. MECANISMO: GIRATÓRIO COM REGULAGEM DE ALTURA COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO A GÁS. MEDIDAS ASSENTO: 41 CM LARGURA X 39 CM PROFUNDIDADE X 50 ESPESSURA- MEDIDAS ENCOSTO: 36 CM LARGURA X 29 CM ALTURA X 50 ESPESSURA ALTURA DO ASSENTO ATÉ O CHÃO: MÍNIMO 42 CM - MÁXIMO 52 CM-ALTURA DO BRAÇO ATÉ O CHÃO: MÍNIMO 58 CM - MÁXIMO 77 CM-ALTURA DO BRAÇO ATÉ O ASSENTO: MÍNIMO 19 CM - MÁXIMO 26,5 CM-ALTURA TOTAL ATÉ O CHÃO: MÍNIMO 80 CM - MÁXIMO 91,5 CM DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO MONTADO: 55 CM LARGURA X 50 CM PROFUNDIDADE CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 CADEIRA. DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM: 55CM LARGURA X 55 CM PROFUNDIDADE X 28 CM ALTURA	UND	39	R\$ 697,28	R\$ 27.193,92
3	CADEIRA PARA ESCRITÓRIO SECRETÁRIA COM BASE FIXA 04 PÉS - ESPECIFICAÇÃO: CADEIRA PARA ESCRITÓRIO SECRETÁRIA COM BASE FIXA 04 PÉS, SENDO ESTRUTURA COM BASE FIXA TRAPÉZIO, SEM BRAÇOS FIXOS, ESPUMA ANATÔMICA INJETADA COM ESPESSURA DE 30 MM NO ASSENTO E 30 MM NO ENCOSTO.	UND	89	R\$ 491,95	R\$ 43.783,55
4	CADEIRA PARA ESCRITÓRIO SECRETÁRIA GIRATORIA SEM BRAÇOS - ESPECIFICAÇÃO: CADEIRA PARA ESCRITÓRIO SECRETARIA GIRATORIA SEM BRAÇO, ESPUMA ANATOMICA INJETADA COM ESPESSURA DE 30MM NO ASSENTO E 30MM NO ENCOSTO, COM REGULAGEM DE ALTURA	UND	90	R\$ 555,28	R\$ 49.975,20
5	CADEIRA PRESIDENTE GIRATÓRIA - ESPECIFICAÇÃO: CADEIRA PRESIDENTE GIRATÓRIA, BASE GIRATÓRIA EM METAL CROMADO E MECANISMO PNEUMÁTICO, ENCOSTO ALTO E APOIO PARA BRAÇOS ACOLCHOADOS, BASE GIRATÓRIA CROMADA DE NO MÍNIMO 320MM COM RODÍZIOS, REGULAGEM DE ALTURA COM PISTÃO A GÁS. SISTEMA RELAX QUE RECLINA A CADEIRA, COM TRAVA NO PONTO	UND	15	R\$ 1.399,33	R\$ 20.989,95



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



	INICIAL, ENCOSTO E ASSENTO LARGO REVESTIDO EM COURINO PU COM ESPUMA DE DENSIDADE CONTROLADA. BRAÇOS EM METAL CROMADO REVESTIDOS COM COURINO PU. ALTURA MÁXIMA DO ASSENTO ATÉ O CHÃO 46CM. ALTURA MÍNIMA DO ASSENTO ATÉ O CHÃO 40CM. PESO MÁXIMO RECOMENDADO 120KG.				
6	CADEIRA PLÁSTICA SEM BRAÇO - ESPECIFICAÇÃO: CADEIRA PLÁSTICA SEM BRAÇO EMPILHÁVE, MEDIDAS APROXIMADAS, ALTURA: 890MM, LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 510MM	UND	2043	R\$ 96,36	R\$ 196.863,48
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 404.158,63 (QUATROCENTOS E QUATRO MIL E CENTO E CINQUENTA E OITO REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS)					

LOTE 09 - COTA RESERVADO - EXCLUSIVO PARA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	ESTABILIZADOR BIVOLT 1000VA 5 TOMADAS - ESPECIFICAÇÃO: ESTABILIZADOR BIVOLT 1000VA 5 TOMADAS	UND	9	R\$ 717,54	R\$ 6.457,86
2	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - TANQUE DE TINTA COLORIDA - ESPECIFICAÇÃO: IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - TANQUE DE TINTA COLORIDA (IMPRESSORA, COPIADORA, SCANNER), COM GARRAFA DE TINTA DE 70ML DE RENDIMENTO PODE IMPRIMIR 4.500 PÁGINAS EM PRETO E ATÉ 7.500 PÁGINAS EM CORES COM ALTA QUALIDADE, -COM VELOCIDADE MÍNIMA DE IMPRESSÃO DE 33PPM EM PRETO - 15 PPM EM CORES.	UND	5	R\$ 2.203,33	R\$ 11.016,65
3	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA - ESPECIFICAÇÃO: IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA (COPIA, IMPRIME, SCANNER) COM VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 30PPM, TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LASER; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE 30PPM; VELOCIDADE DO PROCESSADOR 300MHZ; MEMÓRIA PADRÃO 128MB MEMÓRIA; POSSUIR IMPRESSÃO FRENTE E VERSO (DUPLEX) AUTOMÁTICO; POSSUIR INTERFACE DE COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DE REDE 10/100; POSSUI CICLO MENSAL MÍNIMO DE 30.000 PÁGINAS MÊS; CAPACIDADE PADRÃO DA BANDEJA DE PAPEL DE 250 FOLHAS E BANDEJA MULTIUSO DE 50 FOLHAS; CAPACIDADE DE SAÍDA DO PAPEL 50 FOLHAS (DE FACE PARA BAIXO); TAMANHOS DO PAPEL: A4, CARTA; POSSUIR ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE PAPEL DE 35 FOLHAS; PERMITIR A UTILIZAÇÃO E TIRAR CÓPIA NO MODO DUPLEX AUTOMÁTICA	UND	5	R\$ 5.123,33	R\$ 25.616,65
4	COMPUTADOR COMPLETO - ESPECIFICAÇÃO: COMPUTADOR COMPLETO COM PROCESSADOR 3.9 GHZ COM 3MB DE CACHE PARA SOQUETE LGA1151, COM PROCESSADOR GRÁFICO HD GRAPHICS 630 COM SUPORTE PARA TECNOLOGIA 4K (4096 X 2304 HZ, COMPATÍVEL COM DIRECT X 12 E OPEN GL 4.4, MEMÓRIA DDR4 DE 8 GB, SSD DE 240GB, INTEL CORE I5, WINDOWS 10, COM PLACA DE VIDEO UDH 610, MONITOR 19.5 LED HDMI SKILL PRO, ACOMPANHADO DE TECLADO MULTIMÍDIA E MOUSE USB.	UND	9	R\$ 3.646,85	R\$ 32.821,65
5	SCANNER DE MESA - ESPECIFICAÇÃO: SCANNER DE MESA, DIGITALIZA CARTÕES DE IDENTIFICAÇÃO, CARTÕES DE VISITA, TIPO DE SCANNER ALIMENTAÇÃO VERTICAL, SCANNER DUPLEX COLORIDO, RESOLUÇÃO ÓPTICA (DPI) 600 DPI, PROFUNDIDADE DE BIT DE COR 48 BITS INTERNA/24 BITS EXTERNA, RESOLUÇÃO DE SAÍDA 75 A 1200 DPI, ÁREA MÁXIMA DE DIGITAÇÃO 21,6 CM X 91,4 CM, VELOCIDADE DE DIGITAÇÃO 26 PPM (SIMPLEX) / 52 IPM (DUPLEX) (DIGITALIZAÇÕES EM TAMANHO CARTA A 300 DPI, BYN/COLOR), TAMANHO DO PAPEL TAMANHO MÁXIMO DE PAPEL: 21,6 CM X 91,4 CM, SISTEMA OPERACIONAIS SUPORTADOS WINDOWS® 8, WINDOWS 7, WINDOWS VISTA® (32/64-BIT), WINDOWS XP PROFESSIONAL X64, WINDOWS XP PROFESSIONAL, WINDOWS XP HOME EDITION MAC OS® X 10.8.X, 10.7.X, 10.6.X, 10.5.8 E COMPATIBILIDADE LINUX*, DOCUMENT CAPTURE PRO, ABBYY® FINEREADER® OCR, NEWSOFT® PRESTO!® BIZCARD OCR (WINDOWS EN CD, MAC - DOWNLOAD DA INTERNET), EMC CAPTIVA ISIS (SO PARA WINDOWS, DOWNLOAD DA INTERNET), TECNOLOGIA DE DIGITALIZAÇÃO: LED RGB DE TRÊS CORES, SENSOR DE IMAGEM POR CONTATO DE 1 LINHA CMOS, INTERFACE USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE, MÓDULO DE REDE OPCIONAL (RJ-45, 10BASET/100BASETX)	UND	2	R\$ 4.427,47	R\$ 8.854,94



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



6	NOTEBOOK INTEL CORE I5 - 8GB 256GB SSD 15,6" LED WINDOWS 10 - ESPECIFICAÇÃO: NOTEBOOK INTEL CORE I5 - 8GB 256GB SSD 15,6" LED WINDOWS 10- 2 ENTRADAS USB 3.0 - 1 ENTRADA USB 3.1 TIPO C - 1 ENTRADA USB 2.0 - 1 ENTRADA HDMI - ENTRADA DE REDE - ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO, WI-FI - BLUETOOTH 5.0, - DOIS ALTO FALANTES ESTÉREO - MICROFONE DUPLO, TELA WIDESCREEN,	UND	5	R\$ 4.782,92	R\$ 23.914,60
7	CÂMERA DE VÍDEO - ESPECIFICAÇÃO: CÂMERA DE VÍDEO, RESOLUÇÃO FULL HD, RESOLUÇÃO DE VÍDEO: AVCHD: 1920 X 1080/60P (PS), 60I (FX, FH), 1440 X 1080/60I (HQ, LP), MP4: 1280 X 720 30P, XAVC S HD: 1920 X 1080/60P, 30P, FORMATO DE VÍDEO: GRAVAÇÃO EM: AVCHD: MPEG4-AVC/H.264 - MP4: MPEG-4 AVC/H.264 - XAVC S MPEG4-AVC/H.264, MICROFONE: COM ZOOM INTEGRADO, ZOOM: ÓPTICO: 30X - DIGITAL: 350X - CLEAR IMAGE ZOOM: 60X, INTERFACE: MICRO HDMI - TERMINAL MULTI/MICRO USB, TELA: CLEAR PHOTO LCD DE 2.7", MEMÓRIA EXTERNA: SUPORTA CARTÃO MICRO SD, SDHC, SDXC E MEMORY STICK MICRO, ÁUDIO: DOLBY DIGITAL	UND	1	R\$ 4.404,05	R\$ 4.404,05
8	NOBREAK 1500VA 5 TOMADA, ENTRADA E SAÍDA 220V COM CONEXÃO PARA BATERIA EXTERNA - ESPECIFICAÇÃO: NOBREAK 1500VA 5 TOMADA, ENTRADA E SAÍDA 220V COM CONEXÃO PARA BATERIA EXTERNA	UND	8	R\$ 1.606,10	R\$ 12.848,80

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 125.935,20 (CENTO E VINTE E CINCO MIL E NOVECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS)

LOTE 10 – COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	ESTABILIZADOR BIVOLT 1000VA 5 TOMADAS - ESPECIFICAÇÃO: ESTABILIZADOR BIVOLT 1000VA 5 TOMADAS	UND	76	R\$ 717,54	R\$ 54.533,04
2	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - TANQUE DE TINTA COLORIDA - ESPECIFICAÇÃO: IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - TANQUE DE TINTA COLORIDA (IMPRESSORA, COPIADORA, SCANNER), COM GARRAFA DE TINTA DE 70ML DE RENDIMENTO PODE IMPRIMIR 4.500 PÁGINAS EM PRETO E ATÉ 7.500 PÁGINAS EM CORES COM ALTA QUALIDADE, -COM VELOCIDADE MÍNIMA DE IMPRESSÃO DE 33PPM EM PRETO - 15 PPM EM CORES.	UND	38	R\$ 2.203,33	R\$ 83.726,54
3	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA - ESPECIFICAÇÃO: IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA (COPIA, IMPRIME, SCANNER) COM VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 30PPM, TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LASER; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE 30PPM; VELOCIDADE DO PROCESSADOR 300MHZ; MEMÓRIA PADRÃO 128MB MEMÓRIA; POSSUIR IMPRESSÃO FRENTE E VERSO (DUPLEX) AUTOMÁTICO; POSSUIR INTERFACE DE COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DE REDE 10/100; POSSUI CICLO MENSAL MÍNIMO DE 30.000 PÁGINAS MÊS; CAPACIDADE PADRÃO DA BANDEJA DE PAPEL DE 250 FOLHAS E BANDEJA MULTIUSO DE 50 FOLHAS; CAPACIDADE DE SAÍDA DO PAPEL 50 FOLHAS (DE FACE PARA BAIXO); TAMANHOS DO PAPEL: A4, CARTA; POSSUIR ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE PAPEL DE 35 FOLHAS; PERMITIR A UTILIZAÇÃO E TIRAR CÓPIA NO MODO DUPLEX AUTOMÁTICA	UND	40	R\$ 5.123,33	R\$ 204.933,20
4	COMPUTADOR COMPLETO - ESPECIFICAÇÃO: COMPUTADOR COMPLETO COM PROCESSADOR 3.9 GHZ COM 3MB DE CACHE PARA SOQUETE LGA1151, COM PROCESSADOR GRÁFICO HD GRAPHICS 630 COM SUPORTE PARA TECNOLOGIA 4K (4096 X 2304 HZ, COMPATÍVEL COM DIRECT X 12 E OPEN GL 4.4, MEMÓRIA DDR4 DE 8 GB, SSD DE 240GB, INTEL CORE I5, WINDOWS 10, COM PLACA DE VÍDEO UDH 610, MONITOR 19.5 LED HDMI SKILL PRO, ACOMPANHADO DE TECLADO MULTIMÍDIA E MOUSE USB.	UND	81	R\$ 3.646,85	R\$ 295.394,85
5	SCANNER DE MESA - ESPECIFICAÇÃO: SCANNER DE MESA, DIGITALIZA CARTÕES DE IDENTIFICAÇÃO, CARTÕES DE VISITA, TIPO DE SCANNER ALIMENTAÇÃO VERTICAL, SCANNER DUPLEX COLORIDO, RESOLUÇÃO ÓPTICA (DPI) 600 DPI, PROFUNDIDADE DE BIT DE COR 48 BITS INTERNA/24 BITS EXTERNA, RESOLUÇÃO DE SAÍDA 75 A 1200 DPI, ÁREA MÁXIMA DE DIGITAÇÃO 21,6 CM X 91,4 CM, VELOCIDADE DE DIGITAÇÃO 26 PPM (SIMPLEX) / 52 IPM (DUPLEX) (DIGITALIZAÇÕES EM TAMANHO CARTA A 300 DPI,	UND	15	R\$ 4.427,47	R\$ 66.412,05



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



	BYN/COLOR), TAMANHO DO PAPEL TAMANHO MÁXIMO DE PAPEL: 21,6 CM X 91,4 CM, SISTEMA OPERACIONAIS SUPOSTADOS WINDOWS® 8, WINDOWS 7, WINDOWS VISTA® (32/64- BIT), WINDOWS XP PROFESSIONAL X64, WINDOWS XP PROFESSIONAL, WINDOWS XP HOME EDITION MAC OS® X 10.8.X, 10.7.X, 10.6.X, 10.5.8 E COMPATIBILIDADE LINUX*, DOCUMENT CAPTURE PRO, ABBYY® FINEREADER® OCR, NEWSOFT? PRESTO!® BIZCARD OCR (WINDOWS EN CD, MAC - DOWNLOAD DA INTERNET), EMC CAPTIVA ISIS (SO PARA WINDOWS, DOWNLOAD DA INTERNET), TECNOLOGIA DE DIGITALIZAÇÃO: LED RGB DE TRÊS CORES, SENSOR DE IMAGEM POR CONTATO DE 1 LINHA CMOS, INTERFACE USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE, MÓDULO DE REDE OPCIONAL (RJ-45, 10BASET/100BASETX)				
6	NOTEBOOK INTEL CORE I5 - 8GB 256GB SSD 15,6" LED WINDOWS 10 - ESPECIFICAÇÃO: NOTEBOOK INTEL CORE I5 - 8GB 256GB SSD 15,6" LED WINDOWS 10- 2 ENTRADAS USB 3.0 - 1 ENTRADA USB 3.1 TIPO C - 1 ENTRADA USB 2.0 - 1 ENTRADA HDMI - ENTRADA DE REDE - ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO, WI-FI - BLUETOOTH 5.0, - DOIS ALTO FALANTES ESTÉREO - MICROFONE DUPLO, TELA WIDESCREEN,	UND	37	R\$ 4.782,92	R\$ 176.968,04
7	CÂMERA DE VÍDEO - ESPECIFICAÇÃO: CÂMERA DE VÍDEO, RESOLUÇÃO FULL HD, RESOLUÇÃO DE VÍDEO: AVCHD: 1920 X 1080/60P (PS), 60I (FX, FH), 1440 X 1080/60I (HQ, LP), MP4: 1280 X 720 30P, XAVC S HD: 1920 X 1080/60P, 30P, FORMATO DE VÍDEO: GRAVAÇÃO EM: AVCHD: MPEG4-AVC/H.264 - MP4: MPEG-4 AVC/H.264 - XAVC S MPEG4-AVC/H.264, MICROFONE: COM ZOOM INTEGRADO, ZOOM: ÓPTICO: 30X - DIGITAL: 350X - CLEAR IMAGE ZOOM: 60X, INTERFACE: MICRO HDMI - TERMINAL MULTI/MICRO USB, TELA: CLEAR PHOTO LCD DE 2.7", MEMÓRIA EXTERNA: SUPORTA CARTÃO MICRO SD, SDHC, SDXC E MEMORY STICK MICRO, ÁUDIO: DOLBY DIGITAL	UND	8	R\$ 4.404,05	R\$ 35.232,40
8	NOBREAK 1500VA 5 TOMADA, ENTRADA E SAÍDA 220V COM CONEXÃO PARA BATERIA EXTERNA - ESPECIFICAÇÃO: NOBREAK 1500VA 5 TOMADA, ENTRADA E SAÍDA 220V COM CONEXÃO PARA BATERIA EXTERNA	UND	68	R\$ 1.606,10	R\$ 109.214,80
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 1.026.414,92 (UM MILHÃO E VINTE E SEIS MIL E QUATROCENTOS E QUATORZE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)					

LOTE 11 - COTA RESERVADA - EXCLUSIVO PARA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 9.000BTUS - ESPECIFICAÇÃO: APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 9.000BTUS: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 9000 BTUS CICLO FRIO CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A CONTROLE REMOTO SIM VOLTAGEM 220 V GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	UND	7	R\$ 2.591,00	R\$ 18.137,00
2	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 12.000BTUS - ESPECIFICAÇÃO: APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 12.000BTUS: CAPACIDADE (BTU/H) 12.000 BTUS CICLO FRIO CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A CONTROLE REMOTO SIM VOLTAGEM 220 V GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO	UND	8	R\$ 2.997,65	R\$ 23.981,20
3	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 18.000BTUS - ESPECIFICAÇÃO: APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 18.000BTUS: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO (BTU/H) 18.000 CICLO FRIO CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A CONTROLE REMOTO SIM VOLTAGEM 220 V GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	UND	5	R\$ 4.550,00	R\$ 22.750,00
4	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 24.000BTUS - ESPECIFICAÇÃO: APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 24.000BTUS: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 24000 BTUS CICLO FRIO CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A CONTROLE REMOTO SIM VOLTAGEM 220 V GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	UND	3	R\$ 5.043,33	R\$ 15.129,99
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 79.998,19 (SETENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E DEZENOVE CENTAVOS)					

LOTE 12 - COTA PRINCIPAL - AMPLA PARTICIPAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 9.000BTUS - ESPECIFICAÇÃO: APARELHO DE AR CONDICIONADO	UND	58	R\$ 2.591,00	R\$ 150.278,00



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ**



	TIPO SPLIT HI WALL 9.000BTUS: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 9000 BTUS CICLO FRIO CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A CONTROLE REMOTO SIM VOLTAGEM 220 V GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.				
2	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 12.000BTUS - ESPECIFICAÇÃO: APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 12.000BTUS: CAPACIDADE (BTU/H) 12.000 BTUS CICLO FRIO CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A CONTROLE REMOTO SIM VOLTAGEM 220 V GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO	UND	68	R\$ 2.997,65	R\$ 203.840,20
3	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 18.000BTUS - ESPECIFICAÇÃO: APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 18.000BTUS: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO (BTU/H) 18.000 CICLO FRIO CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A CONTROLE REMOTO SIM VOLTAGEM 220 V GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	UND	45	R\$ 4.550,00	R\$ 204.750,00
4	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 24.000BTUS - ESPECIFICAÇÃO: APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 24.000BTUS: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 24000 BTUS CICLO FRIO CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A CONTROLE REMOTO SIM VOLTAGEM 220 V GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	UND	27	R\$ 5.043,33	R\$ 136.169,91
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 695.038,11 (SEISCENTOS E NOVENTA E CINCO MIL E TRINTA E OITO REAIS E ONZE CENTAVOS)					

LOTE 13 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	INFLADOR DE BALÕES 2 BICOS COM MOTOR DE 500W, COM CABO DE ENERGIA DE 2 METROS	UND	15	R\$ 450,49	R\$ 6.757,35
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 6.757,35 (SEIS MIL E SETECENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS)					

LOTE 14 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	TRENA LASER ALCANCE 40 METROS - ESPECIFICAÇÃO: TRENA LASER ALCANCE 40 METROS, PODE CALCULAR ÁREAS, VOLUMES E ATÉ ALTURAS, MEDIÇÃO DE ÁREA: MEDIÇÃO DE VOLUME: MEDIÇÃO DE ALTURA INDIRETA	UND	5	R\$ 675,27	R\$ 3.376,35
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 3.376,35 (TRÊS MIL E TREZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS)					

LOTE 15 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC 6KG	UND	65	R\$ 985,53	R\$ 64.059,45
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 64.059,45 (SESSENTA E QUATRO MIL E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)					

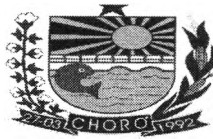
LOTE 16 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UND	VALOR TOTAL
1	VASILHAME DE BOTIJÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - ESPECIFICAÇÃO: VASILHAME DE BOTIJÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP MATERIAL EM CHAPA DE AÇO COM CAPACIDADE DE 13KG, FABRICADO SEGUNDO A NORMA NBR 8460 DA ABNT, POSSUINDO DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE EM CASO DE AUMENTO DE PRESSÃO INTERNA LIBERE O GLP IMPEDINDO QUE OCORRA UMA EXPLOSÃO	UND	42	R\$ 292,09	R\$ 12.267,78
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 12.267,78 (DOZE MIL E DUZENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS)					

2.5. DO MODO DE DISPUTA:

2.5.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa aberto** - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital;

2.5.2. O edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

2.5.3. No modo de disputa aberto, de que trata o item 2.5.1, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



2.5.4. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

2.5.5. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste item, a sessão pública será encerrada automaticamente.

2.5.6. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

3. REFERENCIAL DOS PREÇOS

3.1. Os preços de referência foram estimados com base nas cotações realizadas pelo Setor de Cotação de Preços do Município de Choró/CE, constando nos autos do processo.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DO OBJETO

4.1. O presente registro de preços para futuras e eventuais aquisições de material permanente, de interesse das diversas Secretarias do Município de Choró/Ce, tem como justificativa basilar, a necessidade dos materiais objeto deste termo de referência, visando equipar adequadamente as instituições, para que possa ocorrer o pleno funcionamento operacional interno das mesmas. A aquisição de material permanente, justifica-se ainda pela necessidade do pleno funcionamento dos setores administrativos das instituições públicas do executivo municipal, evitando paralização de ações de interesse público, o que demandaria inúmeros prejuízos a municipalidade, bem como paralização dos atendimentos ao público.

4.2. Elaboramos o presente Termo, para que no procedimento legal, seja efetuada a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, tendo por finalidade definir elementos que norteiam a contratação de empresa para futuras e eventuais materiais permanentes, uma vez que o uso contínuo de mobiliários enseja o desgaste e danificação dos mesmos, comprometendo a estrutura física dos ambientes de trabalho, a rotina administrativa e a saúde do servidor, que passa a maior parte do seu tempo no ambiente de trabalho. Dessa forma, se faz necessário investimentos nas estruturas e equipamentos, a fim de proporcionar condições ideais para o desenvolvimento das atividades, bem-estar e acolhimento aos servidores e munícipes que frequentam as repartições públicas.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. PRAZO:

5.1.1. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a oito dias úteis, contado da data de publicação do aviso do edital.

5.2. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO LICITANTE:

5.2.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

5.2.2. A etapa de que trata o subitem anterior será encerrada com a abertura da sessão pública;

5.2.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

5.2.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital;

5.2.5. A falsidade da declaração de que trata o subitem anterior sujeitará o licitante às sanções previstas no termo de referência e no edital;

5.2.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

5.2.7. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no subitem 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após o julgamento das propostas;

5.2.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

5.2.9. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo de até 2 (duas) horas a partir da solicitação da pregoeira.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta de preços deverá ser registrada no sistema onde se fará a sessão de licitação.

6.2. Prazo de entrega do objeto licitado: 10 (dez) dias;



- 6.3. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;
- 6.4. Os itens cotados, nos quantitativos licitados, segundo a unidade de medida consignada no edital, bem como valor global da proposta de preços por extenso.
- 6.5. Os valores unitários e totais em algarismos de cada item cotado, e conforme o caso, o valor global do item/lote e/ou da proposta em algarismos e por extenso.
- 6.6. Quantidade ofertada por item/lote, observando o disposto neste Termo de Referência;

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os interessados não cadastrados no Município de Choró/CE, na forma dos artigos 34 a 37 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, habilitar-se-ão a presente licitação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados, os quais serão deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta de preços até a abertura da sessão pública.

7.2. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa firma individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

7.2.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E TODOS OS SEUS ADITIVOS E/OU ÚLTIMO ADITIVO CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

7.2.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

7.2.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.3. Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

7.3.4. Prova de regularidade para com a fazenda estadual mediante a apresentação Certidão Negativa de Débitos Estaduais de seu domicílio ou sede;

7.3.5. Prova de regularidade para com a fazenda municipal mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais de seu domicílio ou sede;

7.3.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF);

7.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos dos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

7.4. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Certidão negativa de falência / recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.4.2. Capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor correspondente efetivamente arrematado pelo licitante, podendo a comprovação ser feita através da apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante ou outro documento legal.

7.4.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa - vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios - podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, registrado no órgão competente, acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente averbados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente.



7.5. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1. Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação e firma reconhecida do assinante (no caso de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado), comprovando aptidão da licitante para desempenho de atividades compatível com cada lote em que concorrer à presente licitação.

7.6. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.6.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos anexos do edital;

7.6.2. Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

7.6.3. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93);

7.6.4. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) que possua restrição fiscal, quanto aos documentos exigidos neste certame, deverá apresentar a declaração de que consta a restrição fiscal e que se compromete em sanar o vício, no prazo de 05 (cinco) dias úteis conforme dispõe o art. 43, § 1º da Lei Complementar Nº. 123/06;

7.6.5. O não atendimento ao disposto neste subitem, implicará na desclassificação da licitante, conforme prevê o Decreto Municipal nº 253/2020.

7.7. ORIENTAÇÃO SOBRE A FASE DE HABILITAÇÃO

7.7.1. No caso de licitantes devidamente cadastrados no Município de Choró/CE, a documentação mencionada nos subitens 7.2 a 7.4 poderá ser substituída pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto ao Município de Choró/CE (assegurado, neste caso, aos demais licitantes, o direito de acesso aos dados nele constantes), acompanhado dos documentos tratados nos subitens 7.5 e 7.6, cuja autenticidade e prazo de validade serão analisados pela Pregoeira.

7.7.2. A documentação constante do Cadastro de Fornecedores do Município de Choró/CE deverá também encontrar-se dentro do prazo de validade e atender ao disposto neste Termo de Referência.

7.8. Para a habilitação jurídica, o licitante deverá, nos documentos exigidos neste instrumento, demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais com o objeto da licitação.

7.9. As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência / recuperação judicial, caso exigidas neste Termo de Referência, que não apresentarem expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para o recebimento dos envelopes.

7.10. A documentação de habilitação integrará os autos do processo licitatório e não será devolvida.

7.11. Será inabilitado o licitante que não atender as exigências deste Termo de Referência referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdos e forma.

8. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes das eventuais contratações que poderão advir da licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes das Secretarias do Município de Choró.

9. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As obrigações decorrentes da licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ata de registro de preços, subscrita pelo Município de Choró/CE, através das diversas Secretarias, e o(s) licitante(s) vencedor (es), que observará os termos do Decreto Municipal nº. 253/2020, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Nº. 8.666/93, da Lei Nº. 10.520/02, do edital e demais normas pertinentes, bem como da Lei 123/2006 e 147/2014 e suas alterações e Acórdão nº 2957/2011, TC 017.752/2011-6 de 09/11/2011.

9.1.1. O modelo da ata de registro de preços a ser celebrada, integrará o edital do pregão.

9.1.2. Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável deverão obedecer às disposições elencadas na ata de registro de preços.

9.2. Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Choró/CE convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integrará o Edital.



9.2.1. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de Choró /CE.

9.2.2. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, sujeitará a licitante a perda do direito ao registro do(s) preço(s) e à aplicação das penalidades previstas no edital e na legislação pertinente.

9.2.3. Se o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido é facultado à Administração Municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para negociar com os mesmos, com vistas à obtenção de melhores preços, preservado o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação prevista na planilha de custos dos autos do processo.

9.2.4. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666/93.

9.3. Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato da ata de registro de preços nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais ou imprensa oficial.

9.4. A ata de registro de preços só poderá ser alterada em conformidade com o disposto no Decreto Municipal Nº. 253/2020.

9.5. A ata de registro de preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de **12 (DOZE) MESES**, improrrogáveis.

9.6. A ata de registro de preços não obriga o Município de Choró/CE a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

9.7. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Município de Choró/CE optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a ata de registro de preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

9.8. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no quadro de avisos do Município de Choró/CE e ficarão à disposição durante a vigência da ata de registro de preços.

9.9. O Município de Choró/CE monitorará os preços do objeto licitado, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

9.9.1. O Município de Choró/CE convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

9.10. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes, que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, por fato superveniente.

9.11. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

9.12. Para efeito de definição do preço de mercado serão considerados os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município de Choró/CE para determinado item.

9.13. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Município de Choró/CE poderá convocar os demais fornecedores classificados para formalizarem o registro de seus preços, nas mesmas condições do 1º colocado ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

9.14. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

9.14.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10. DA ENTREGA DOS BENS LICITADOS

10.1. **DAS ORDENS DE COMPRAS:** Os objetos licitados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicarão os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Contratante.



10.1.1. A ordem de compra emitida conterá os objetos licitados pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao contratado no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro de fornecedores ou do próprio contrato.

10.1.2. Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de compra, o fornecedor deverá fazer a entrega dos objetos licitados no local, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega dos bens.

10.1.3. O aceite dos objetos licitados pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo do edital quanto aos objetos licitados entregues.

10.2. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da Ordem de Compra/Serviço pela administração, no local definido pela contratante.

10.2.1. Para a entrega dos objetos licitados deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do Município de Choró/CE.

10.2.1.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a contratante.

10.2.2. No caso de constatação da inadequação dos objetos licitados fornecidos às normas e exigências especificadas no edital e na proposta de preços vencedora a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

10.2.3. As prorrogações de prazo serão concedidas somente mediante justificativa, permissiva legal e conveniência atestado pelo Município de Choró/CE.

10.3. Os objetos licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as condições contidas no termo de referência, nos anexos do edital e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

- a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- c) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- d) A entrega dos objetos licitados deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços dos órgãos licitantes.

11. DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

11.1. PREÇOS: Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento dos bens licitados, inclusive a margem de lucro.

11.2. PAGAMENTO: O pagamento será feito na proporção da entrega dos objetos solicitados, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das certidões federais, estaduais e municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

11.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada no subitem 11.2, observadas as disposições editalícias, através de crédito na conta bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

11.3. REAJUSTE: Os valores contratados não serão reajustados antes de decorrido o período de 12 (doze) meses.

11.4. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do art. 65, II, "d" da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.



12. DAS SANÇÕES

12.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Choró e será descredenciado no Cadastro do Município de Choró/CE, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II - não entregar a documentação exigida no edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;
- V - não manter a proposta;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - fraudar a execução do contrato;
- VIII - comportar-se de modo inidôneo;
- IX - declarar informações falsas; e
- X - cometer fraude fiscal.

12.2. Ao licitante infrator poderão ser aplicadas ainda, as seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) Recusar em celebrar o termo de contrato quando regularmente convocado;
- b) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Não manter a proposta ou lance;
- d) Fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;

II. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer objeto contratual solicitado, contados do recebimento da ordem de compra no endereço constante do cadastro de fornecedores ou do contrato, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da entrega dos bens;

III. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

12.3. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei Nº. 10.520/02, as seguintes penas:

- a) Advertência;
- b) Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo do contrato, conforme o caso;

12.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao tesouro municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

12.4.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

12.4.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como dívida ativa do município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

12.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

12.5.1. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

- a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência;
- b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Choró/CE e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Choró/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

12.5.2. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indicio de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos licitatórios serão comunicados oficialmente e, devidamente instruído, pela Pregoeira à Procuradoria Geral do Município para apuração. Nos casos ligados a fase posterior a adjudicação serão comunicados pela autoridade gestora competente à Procuradoria.



13. DA FISCALIZAÇÃO E GERÊNCIA DO CONTRATO

13.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Sr(a), especialmente designado(a), pelas Secretarias Municipais, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Nº. 8.666/93, doravante denominado (a) GERENTE DE CONTRATO.

13.1.1. O gerente de contrato ora nominado poderá ser alterado a qualquer momento, justificadamente, caso haja necessidade por parte da(s) contratante(s).

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;

14.2. O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

14.3. Para fins no item 14.1, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas;

14.4. Este termo de referência, visa atender as exigências legais para o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou destinações em razão de naturalidade dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para sua especificação, conforme disposto nos incisos I, II e III do art. 3º da Lei Nº. 10.520/02.

14.5. Reproduza-se fielmente este termo de referência na minuta do edital e edital.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007-2023 - PE - SRP

AO (A) PREGOEIRO (A) da Prefeitura Municipal de CHORÓ/Ce.
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____ -SRP
PROCESSO N.º _____ -SRP

Fornecedor:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

E-mail:

Banco: Agência: Conta Corrente:

OBJETO: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE, tudo conforme especificações contidas no termo de referência constante dos anexos deste edital.

LOTE

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R\$ _____ (_____)

Prazo de Entrega: 05 (cinco) contados do recebimento da Ordem de Compra. (Conforme Edital)

Prazo de validade da Proposta de Preços: 60 (sessenta) dias. (Conforme estabelecido em Edital)

Declaramos de que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas incidentes sobre a execução do fornecimento referentes a tributos, encargos sociais, e demais ônus atinentes à execução do objeto desta licitação;

Declaramos de que o proponente cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta de Preço está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

Data:



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO 007-2023 - PE - SRP

DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA:

- a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto a Prefeitura Municipal de Choró/CE, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- b) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto a Prefeitura Municipal de Choró/CE, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;
- c) que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma o presente, sob as penas da Lei.

_____ (CE), _____ de _____ 2023.

DECLARANTE



ANEXO IV – MODELO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO 007-2023 - PE - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____
PREGÃO ELETRÔNICO N ° 007-2023 - PE - SRP
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº _____, com sede na Av. Cel. João Paracampos, Nº 1410 – Alto do Cruzeiro – Choró-CE, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE _____**, neste ato representado pelo(a) respectivo(a) Secretário(a), _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N ° 007-2023 - PE - SRP** bem como, a classificação das Propostas de Preços, e a respectiva homologação datada de ____/____/____, **RESOLVE** registrar os preços das empresas signatárias, nas quantidades estimadas e máximas para o prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a classificação por elas alcançadas POR LOTE, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo Administrativo Nº _____ - _____, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tombado sob o **Nº 007-2023 - PE - SRP**, sujeitando-se as partes às normas constantes do Decreto Municipal Nº 253/2020, da Lei nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, e da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Ata **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE**, tudo conforme especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** constante do Anexo I do Edital do processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N ° 007-2023 - PE - SRP**, no qual restaram classificados em primeiro lugar por lote os licitantes signatários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata terá validade de 12 (DOZE) MESES, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a **SECRETARIA MUNICIPAL DE _____**, no seu aspecto operacional.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

5.1. Os preços registrados dos produtos, a especificação, os quantitativos, empresas fornecedoras e representante legal, encontram-se elencados nos ANEXOS da presente ata, em ordem de classificação das Propostas de Preços por Lote.

5.2. Nos preços registrados estão incididos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento dos produtos, inclusive a margem de lucro.

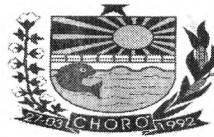
CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS PRODUTOS

6.1. Os produtos licitados deverão ser entregues em 05 (cinco) dias a contar do recebimento da **ORDEM DE COMPRAS** pela Administração, no (s) local (is) definido pela (s) Secretaria (s) de _____, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos, no contrato e disposições constantes de sua Proposta de Preços.

6.1.1. Os produtos deverão ser executados conforme **ORDEM DE COMPRAS**.

6.2. Para o fornecimento do objeto deste certame, deverá ser emitida a Fatura e Nota Fiscal cujas informações para a emissão deverão ser requeridas junto ao Contratante.

6.3. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo do vencedor de não assinar a **ORDEM DE COMPRA** e a não prestação do mesmo, no prazo e condições estabelecidos, sujeitará a Licitante à aplicação das penalidades previstas neste Edital.



6.4. No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no Edital, no Termo de Referência, no contrato e na Proposta de Preços vencedora a Administração os recusará, devendo ser de imediato adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

6.5. O objeto deverá ser executado, conforme estabelecido no edital, em endereço e prazos estipulados previamente, designado pela Unidade Gestora, compreendido durante o período contratual e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na Proposta de Preços vencedora e no contrato, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

6.6. O licitante vencedor é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou de preposto, na entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6.7. O licitante vencedor é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da entregados produtos.

6.8. O licitante vencedor utilizará, na entrega dos produtos, profissionais capacitados e qualificados para tal fim, exceto nas atividades compartilhadas que podem ser desempenhadas por profissionais de outras áreas.

6.9. O licitante vencedor, deverá manter a Administração Municipal informada sobre o andamento dos produtos, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias.

7. DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

7.1 - PREÇOS: Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros deslocamentos de pessoal, custos, e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento, inclusive a margem de lucro.

7.2- PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente, conforme entrega dos produtos, segundo as Ordens de Compras expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Fiscais e Trabalhistas do Contratado, todas atualizadas, observadas as condições da Proposta de Preços.

7.2.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

7.2.2 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a empresa fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx / 100)}{365}$$

Tx = IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

7.3 - REAJUSTE: Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

7.4 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da entrega do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

7.4.1. Os preços registrados que sofrerem reajuste/reequilíbrio não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da Proposta de Preços e aquele vigente no mercado à época do registro.

7.4.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Secretaria de _____ solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.



7.4.3. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Secretaria de _____ convocará as demais empresas com preços registrados para o Lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, de acordo com o Decreto Municipal.

7.4.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Setor de Cotação de Preços do Município de Choró/CE.

7.5. Por ocasião da entregados produtos, o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da(s) Secretaria(s) de _____ do Município de Choró/CE, com endereço e a(s) respectiva(s) Secretaria(s) de _____.

7.6. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

7.7. Para cada Ordem de compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

7.8. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.

7.9. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Os produtos licitados deverão ser fornecidos no prazo máximo de entrega de 05 (cinco) dias a contar da "ORDEM DE COMPRA", observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos e disposições constantes de sua Proposta de Preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do(a) fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato, e ainda:

a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões quantitativas até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93;

d) as entregas dos produtos devem se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento da(s) Secretaria(s) de _____;

8.2. No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas no edital, na Ata de Registro de Preços/Contrato, na ordem de compra e na Proposta de Preços vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento;

8.3. Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da entrega do fornecimento;

8.4. Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

8.5. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e educação no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.6. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da recusa, no todo ou em parte o objeto recusado pela Administração, através da (s) Secretaria (s) de _____, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Termo de Referência, no Edital ou na Proposta de Preços do Contratado;

8.7. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art.55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA;



8.8. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

8.9. O fornecedor detentor do registro autoriza o MUNICÍPIO a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

8.11. A ausência ou omissão da fiscalização do MUNICÍPIO não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, por meio de servidor especialmente designado para esse fim, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada que atenderá ou justificará de imediato.

9.2. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas no edital e no Termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

10.1. A presente ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993 e as disposições do Decreto Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

11.1.1. Pelo Município:

- a) quando o fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) quando o Fornecedor não assinar a Ordem de compra no prazo estabelecido;
- d) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93;
- f) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de compra decorrente deste Registro;

11.1.2. Pelo FORNECEDOR:

- a) mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal 8.666/93.;

11.2. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação em diário oficial ou em jornal de grande circulação, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, através da(s) Secretaria(s) de _____, facultando-se à esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

11.5.1. Não poderá haver cancelamento do registro enquanto pendente a entrega de Ordem de compra já emitida.

11.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento.

11.7. Caso o MUNICÍPIO, através da(s) Secretaria(s) de _____, não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1 - O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua Proposta de Preços, não assinar a ata de registro de preços ou contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega do produto, não manter a Proposta ou Lance, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Choró/CE será descredenciado no Cadastro do Município de Choró/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:**



12.1.1 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) recusar em celebrar Ata de Registro de Preços ou contrato quando regularmente convocado;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não manter a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução do objeto;
- e) comportar-se de modo inidôneo;

12.1.2 - multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução do fornecimento solicitado, contados do recebimento da Ordem de compra, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução do fornecimento;

12.1.3 - multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do fornecimento;

12.2 - Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da entrega do fornecimento, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei nº. 10.520/02, as seguintes penas:

12.2.1 - advertência;

12.2.2 - multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor objeto da licitação;

12.3 - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

12.3.1 - Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

12.3.2 - Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

12.4 - O contratado terá seu contrato cancelado quando:

12.4.1 - Descumprir as condições contratuais;

12.4.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.4.3 - Não aceitar reduzir o seu preço contratado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

12.4.4 - Tiver presentes razões de interesse público.

12.5 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

12.5.1 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa, advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Choró e descredenciamento no Cadastro da Prefeitura de Choró pelo prazo de até 05 (cinco) anos

12.6. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93, será objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes das contratações que poderão advir desta Ata correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerente à(s) Secretaria(s) de _____, em suas rubricas orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

15.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

15.1.2. Integram esta Ata os seus anexos, o Edital de Pregão Eletrônico que lhe deu origem e seus anexos, e as Propostas de Preços das empresas classificadas.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



15.1.3. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO através da(s) Secretaria(s) de _____.

15.2. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

15.3. A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos produtos pela Administração.

15.4. O contratado, na execução do fornecimento, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. O foro da Comarca de Choró-Ce, é o competente para dirimir questões decorrentes da entrega deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam a presente ata de registro de preços, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Choró-CE, ____ de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE CHORÓ
CNPJ:
<NOME DO(S) SECRETÁRIO(S)GESTOR(ES)>
Secretário(a) de <Secretaria>

<NOME DA EMPRESA>
CNPJ:
<NOME DO REPRESENTANTE>
CPF:

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF N° _____

2. _____ CPF N° _____



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

UNIDADE INTERESSADA

1 - ÓRGÃO GERENCIADOR:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2 - ÓRGÃO PARTICIPANTES:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO, GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, PESCA E RECURSOS HIDRICOS, SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



ANEXO II À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ . _____

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES COM PREÇOS REGISTRADOS

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE: ()

FAX: ()

REPRESENTANTE:

RG:

CPF:

E-MAIL:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



ANEXO III À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ - _____

OBJETO: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHORÓ/CE, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante dos Anexos deste Edital.

DATA: ____/____/2023

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº _____ - _____, celebrada entre o MUNICÍPIO DE CHORÓ e a (s) Empresa (s) cujo preço estão a seguir registrados por Lote, em face à realização do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007-2023 - PE - SRP** _____ - _____.

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

RELACIONAR TODOS OS ITENS DO PREGÃO ELETRÔNICO



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



ANEXO IV À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ . _____

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES COMPONENTES DO CADASTRO DE RESERVA

Conforme edital do Pregão Eletrônico Nº 007-2023 - PE - SRP e o Decreto Municipal nº 253/2020 , segue abaixo relação nominal dos fornecedores componentes do cadastro de reserva da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº _____ .

1. RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ Nº.: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

EMAIL: _____

REPRESENTANTE: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

2. RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ Nº.: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

EMAIL: _____

REPRESENTANTE: _____

RG Nº: _____

CPF Nº: _____

RELACIONAR O(S) ITENS(S) POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO



ANEXO V – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO 007-2023 - PE - SRP

CONTRATO Nº: _____

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de Choró-CE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, CNPJ Nº _____, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr(a). _____, SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE _____, e do outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, com sede na _____, CEP _____, telefone: (____) _____, E-mail: _____, de agora em diante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o Nº _____, tem justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Administrativo nº _____ - _____, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007-2023 - PE - SRP, em conformidade a Ata Registro de Preço nº _____ - _____ e com a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. AQUISIÇÃO DE _____ PARA SECRETARIA DE _____ DO MUNICÍPIO DE CHORÓ-CE, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante do Anexo I do Edital.

LOTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ _____ (_____)

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 O presente contrato tem valor global de R\$ _____ (_____), a ser pago na proporção da entregados produtos, segundo as autorizações de fornecimento/ordens de compras expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pela Secretaria de _____, acompanhadas das Fiscais e Trabalhistas, Estaduais e Municipais, todas atualizadas, observadas a condições da proposta adjudicada.

3.2. O CONTRATANTE efetuará o pagamento após a entrega dos produtos, conforme verificação do mesmo pelo setor responsável da prefeitura e após o encaminhamento da documentação tratada no caput desta cláusula, observadas as disposições editalícias.

3.3. Por ocasião da entrega do produto licitado o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Choró/CE – Secretaria de _____, com endereço à _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará até ____ de _____ de _____.

CLÁUSULA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária própria da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: _____ ELEMENTO DE DESPESAS: _____



CLÁUSULA SEXTA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada e da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002.

6.2. O **CONTRATADO** obriga-se a:

6.2.1. Os produtos licitados deverão ser fornecidos com prazo máximo de entrega de 05 (cinco) dias a contar da "ORDEM DE COMPRA", observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos e disposições constantes de sua Proposta de Preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do(a) fornecimento/execução/prestação que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato, e ainda:

a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666 de junho de 1993;

6.2.2. O licitante vencedor guardará sigilo sobre informações e documentos fornecidos pelo Contratante, em decorrência dos produtos objeto do presente contrato, adotando medidas internas de segurança.

6.3. O **CONTRATANTE** obriga-se a:

6.3.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, por meio de servidor especialmente designado para esse fim, podendo, em decorrência, solicitar providências da Contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

6.3.2. Efetuar os pagamentos devidos ao contratado nas condições estabelecidas no edital e no Termo de referência.

6.3.3. Indicar o local e horários em que deverão ser entregues os produtos.

6.3.4. Permitir ao pessoal da **CONTRATADO** acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

CLAUSULA SETIMA - DA FORMA DE ENTREGADOS PRODUTOS

7.1. A entrega dos produtos deverá ser realizada em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Contratante por meio de Ordem de compra;

7.2. A Contratante designará servidor para assinar Ordens de Compras, conferir, receber e atestar a entrega dos mesmos pela Contratada;

7.3. Os produtos fornecidos deverão ser concluídos e entregues nos prazos máximos estabelecidos pela Contratante;

7.4. O não atendimento no prazo estipulado deverá ser justificado por escrito pela Contratada, e em caso de descumprimento sem justificativa ou quando esta não tenha sido aceita, sujeitar-se-á o contratado às sanções estabelecidas no Edital e seus anexos, no contrato e nas demais cominações legais;

7.5. Os produtos reprovados e não aceitos pela contratante poderão ser reclamados no prazo de até 48 horas, a partir da data do seu recebimento. Neste caso, somente será feita a reclamação por meio do servidor credenciado pela Contratante, que deverá se certificar da alteração e suas causas.

7.6. A Contratada deverá refazer todos os produtos não aceitos pela contratante sem qualquer ônus para este.

7.7. Qualquer produto entregue pela Contratada, inclusive de refazimento, estará sujeito à aceitação plena do órgão recebedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTE DO CONTRATO:

8.1. **REAJUSTE:** Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

8.2. **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da entrega do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e tempo aditivo ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES



9.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do Contratado, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada, as seguintes penas:

9.1.1. Se o CONTRATADO deixar de fornecer ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento do fornecimento do mesmo, não mantiver a Proposta de Preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Choró/CE e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura Municipal de Choró/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

a) apresentar documentação falsa exigida para o certame;

b) não manter a proposta;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo;

II. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso no fornecimento de qualquer objeto contratual solicitado, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução do contrato;

III. Multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do objeto contratual;

IV. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do contrato, às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento de contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada, e na Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, as seguintes penas:

a) advertência;

b) multa de até 05% (cinco por cento) sobre o valor contratado;

9.2. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no Município de Choró/CE em favor da Contratada ou cobrada judicialmente, na inexistência deste.

9.3. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

10.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

10.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Procedimento Licitatório.

11.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à Proposta Licitatória.

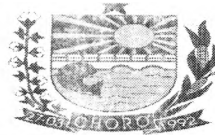
11.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

11.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

11.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos produtos pela Administração.

11.6. O CONTRATADO, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

11.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos realizados em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da Proposta e deste contrato.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORÓ



11.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a Proposta Adjudicada.

11.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Sr(a) _____, Portaria/Matrícula Nº _____, CPF Nº _____ representante da SECRETARIA DE _____, conforme o Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA DOZE – DO FORO

12.1. O foro da Comarca de Choró/CE, é o competente para dirimir questões decorrentes da entrega deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Choró/CE, _____ de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE CHORÓ-CE
SECRETARIA DE _____
<<<CNPJ Nº. >>>
<<<Secretária(o)>>>
CONTRATANTE

<<<RAZÃO SOCIAL>>>
<<<CNPJ Nº.>>>
<<<REPRESENTANTE LEGAL>>>
<<<CPF Nº.>>>
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF Nº _____
2. _____ CPF Nº _____